

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II

CENTRO DE HUMANIDADES

PRODUÇÃO FAMILIAR NO PIAUÍ

KARLA BRITO DOS SANTOS

**Campina Grande
Julho-1996**

KARLA BRITO DOS SANTOS

PRODUÇÃO FAMILIAR NO PIAUÍ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.
Área de concentração: Economia Rural
Orientador: João Otávio Paes de Barros Júnior -
UFPb

CAMPINA GRANDE
1996



S237p Santos, Karla Brito dos
Producao familiar no Piaui / Karla Brito dos Santos. -
Campina Grande, 1996.
72 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Campesinato - 2. Unidades de Producao Familiar - 3.
Estrutura Fundiaria - 4. Dissertacao I. Barros Junior, Joao
Otavio Paes de, Prof. II. Universidade Federal da Paraiba -
Campina Grande (PB)

CDU 332.021.8(812.2)(043)

Dissertação defendida e aprovada em 16 de julho de 1996, pela banca examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Clodoaldo Bortoluzi

Prof. Fernando Garcia de Oliveira

Profa. Ghislaine Duqué

A Marcondes e Felipe

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu companheiro Marcondes Clark pelo estímulo e incentivo, quando inicialmente pensei em desistir do curso e durante todo o decorrer do mesmo.

Ao Prof. João Otávio, pela forma como conduziu a orientação, com disponibilidade, paciência e sobretudo sem autoritarismo.

Ao Prof. Wiliam Jorge Bandeira, por nos ter recebido para uma conversa informal, o que muito nos ajudou no início do trabalho.

Aos funcionários da Fundação Cepro, em Teresina-Pi, que embora em meio à muitas dificuldades, se dispuseram a nos ajudar na nossa pesquisa.

Aos colegas Damião de Lima, Luíra Monteiro e Raniéri Ferreira, pela amizade e solidariedade nos momentos difíceis.

E por último à Marileide, que não faz parte do ambiente acadêmico, mas muito nos ajudou na organização da nossa rotina doméstica, contribuindo para realização dessa dissertação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos (totais).....	17.
Tabela 2 - A área (totais).....	19.
Tabela 3 - A Força de trabalho utilizada (totais).....	20.
Tabela 4 - A Estrutura fundiária (estabelecimentos).....	24.
Tabela 5 - A Estrutura fundiária (área).....	24.
Tabela 6 - O Número de estabelecimentos camponeses segundo a condição legal das terras.....	26.
Tabela 7 - O Número de estabelecimentos camponeses segundo a condição do produtor.....	28.
Tabela 8 - A Área agregada pelo Sub-Setor camponês, segundo a condição legal das terras.....	29.
Tabela 9 - A Área agregada pelo Sub-Setor camponês, segundo a condição do produtor.....	30.
Tabela 10 - A força de trabalho utilizada por sexo, e distribuída nas diversas categorias (pessoal ocupado).....	32.
Tabela 11 - A Área agregada pelo sub-setor camponês segundo a utilização das terras.....	35.
Tabela 12 - O Número de estabelecimentos camponeses segundo a atividade econômica.....	37.
Tabela 13 - A Área agregada pelo Sub-Setor camponês segundo a atividade econômica.....	39.
Tabela 14 - Grupo de área de lavouras agrupada por faixa de tamanho(estabelecimentos).....	41.
Tabela 15 - Área plantada dos produtos da lavoura	

temporária(gr. - de 100ha).....	42.
Tabela 16 - Área plantada dos produtos lavoura temporária (Piauí).....	42.
Tabela 17 - As Quantidades produzidas dos produtos da lavoura temporária(gr. - de 100ha).....	43.
Tabela 18 - As Quantidades produzidas dos produtos da lavoura temporária(Piauí).....	44.
Tabela 19 - Produtividade(T/ha) dos principais produtos da lavoura temporária - (gr. - 100ha).....	45.
Tabela 20 - Produtividade (kg/ha).....	45.
Tabela 21 - Área plantada da lavoura permanente - algodão arbóreo.....	46.
Tabela 22 - Quantidade produzida da lavoura permanente - algodão arbóreo.....	47.
Tabela 23 - Produção de origem animal - quantidade produzida(mel de abelha).....	48.
Tabela 24 - Produção de origem animal - quantidade produzida(cera de abelha).....	48.
Tabela 25 - Efetivos da pecuária - total de cabeças (gr. - de 100ha).....	49.
Tabela 26 - Efetivos da pecuária - total de cabeças (Piauí).....	49.
Tabela 27 - Comercialização da produção agrícola.....	51.
Tabela 28 - Uso de força (estabelecimentos).....	54.
Tabela 29 - Uso de máquinas (tratores e arados)(estabelecimentos).....	55.
Tabela 30 - Estabelecimentos/arado/trator.....	56.
Tabela 31 - Uso de fertilizantes (estabelecimentos).....	58.
Tabela 32 - Evolução do percentual de despesas (%).....	59.

RESUMO

Partimos da hipótese levantada por Melo(1982) de que o modelo de crescimento extensivo da economia agrícola nordestina baseado na unidade de produção familiar, apresenta tendências de esgotamento, para checar o esgotamento da produção familiar no Piauí, de 1970 a 1985, a partir dos dados dos censos agropecuários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período. Observamos aumento do número de estabelecimentos, da área agregada, do pessoal ocupado, das quantidades produzidas da lavoura temporária, sobretudo de alimentos, do uso da força animal e mecânica, e do uso de máquinas. A área média por estabelecimento permanece de aproximadamente 10ha ao longo do período, enquanto a área média por pessoa cai de 4,34ha para 3,57ha. A densidade populacional eleva-se portanto no período. Surgiram 29.909 novos estabelecimentos que tem a frente ocupantes. A maior parte da área agregada, no entanto são de terras próprias. Temos então a formação de um pequeno número de unidades de produção com áreas mais extensas, as quais tem a frente da exploração seus proprietários, e por outro lado um grande número de minúsculas unidades, cujos responsáveis são sobretudo ocupantes. De um lado numerosas unidades minúsculas, entre 2 e 5ha, do camponês pobre, com terra insuficiente para tirar dela seu sustento. No outro extremo temos as unidades de mais de 50ha, de camponeses que conseguem alguma forma de reprodução ampliada. A agricultura e a pecuária são as atividades predominantes, embora tenha havido grande crescimento da pecuária, expressa pelo aumento do número dos estabelecimentos pecuaristas, do acréscimo na área, e o que é mais significativo pelo avanço de 100% das pastagens plantadas. A área média dos estabelecimentos pecuaristas caiu. O que demonstra que os estabelecimentos de porte médio e mesmo alguns dos pequenos passaram a ter na pecuária sua atividade principal. A pecuarização ocorreu sobretudo com o aumento do rebanho de caprinos. O rebanho de bovinos é o que menos cresce. A taxa de evolução da lavoura temporária foi superior à taxa de crescimento do pessoal ocupado. Portanto o Sub-Sector camponês no Piauí, cresceu, densificou-se, tecnificou-se, e capitalizou-se. No entanto passa dificuldades, pois o aumento do número de estabelecimentos, e da área não

acompanharam o crescimento da sua força de trabalho, denotando insuficiência de terra agregada.

APRESENTAÇÃO

O trabalho está dividido em sete capítulos, nos quais tratamos do que ocorreu com a produção camponesa no Piauí, ao longo do período que vai de 1970 a 1985.

Na introdução, traçamos em linhas gerais como se deu a ocupação do território piauiense. Apresentamos estudo de Castro(1980) e de Melo(1982) enfatizando a importância da economia camponesa, como produtora de alimentos e absorvedora de mão-de-obra para o Nordeste.

Fizemos uso também de material do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária__INCRA, sobre módulo, que nos auxiliou na opção de trabalharmos com estabelecimentos de menos de 100ha.

No primeiro capítulo, "**Sistema Conceitual**", mostramos essencialmente como chegamos ao nosso conceito de produção familiar.

O primeiro e o segundo capítulos estão muito imbricados. No segundo capítulo, "**Contextualização Histórica**", discorremos sobre a ocupação do território piauiense, destacando a agricultura e o extrativismo por serem estas atividades de fundamental importância na formação da estrutura fundiária estadual, utilizando-nos de pesquisas realizadas por estudiosos piauienses para reconhecer o surgimento e o desenvolvimento das unidades camponesas.

"**O Novo Porte do Sub-Sector Camponês no Piauí**" é o terceiro capítulo, que está dividido em três tópicos, no quais trabalhamos com os números totais de estabelecimentos, da área agregada e da força de trabalho utilizada, situando a produção camponesa no âmbito da produção estadual.

"As Características das Unidades de Produção do Sub-Setor Camponês" é o quarto capítulo, trabalhamos com a estrutura fundiária, a condição legal das terras, a condição do produtor, a força de trabalho utilizada por sexo, e distribuída nas diversas categorias.

"As Características do Sistema de Produção do Sub-Setor Camponês" é o quinto capítulo. Tratamos da área agregada, segundo a utilização das terras, das atividades econômicas desenvolvidas, da área de lavoura agrupada por faixa de tamanho, da área plantada e das quantidades produzidas da lavoura temporária, bem como da produtividade de seus principais produtos, da área plantada e da quantidade produzida da lavoura permanente, de produtos de origem animal(mel e cera de abelha) dos efetivos da pecuária, e da comercialização agrícola.

"Desenvolvimento das forças produtivas do Sub-Setor Camponês" é o sexto capítulo. Verificamos o uso da força(animal e mecânica), de máquinas(tratores e arados), de fertilizantes, e a evolução do percentual de participação de despesas.

No último capítulo, **"Conclusões sobre a Evolução do Sub-Setor Camponês no Piauí, em Quinze Anos"**, damos resposta à hipótese por nós levantada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	7
SISTEMA CONCEITUAL	7
CAPÍTULO 2	10
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	10
CAPÍTULO 3	17
O NOVO PORTE DO SUB-SETOR CAMPONÊS NO PIAUÍ	17
3.1. O número de estabelecimentos.	17
3.2. A área agregada.	19
3.3. A força de trabalho utilizada.	20
3.4. Conclusões Parciais	21
CAPÍTULO 4	23
AS CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS.	23
4.1. A Estrutura Fundiária.	24
4.2. O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição legal das terras.	26
4.3. O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição do produtor.	28
4.4. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição legal das terras.	29
4.5. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição do produtor.	30
4.6. A força de trabalho utilizada por sexo, e distribuída nas diversas categorias	32
4.7. Conclusões Parciais	33
CAPÍTULO 5	34
AS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS.	34

5.1. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a utilização das terras.	35
5.2. O número de estabelecimentos camponeses segundo a atividade econômica.	37
5.3. A área agregada pelo sub-setor camponês segundo a atividade econômica.	39
5.4. Grupo de área de lavouras agrupada por faixa de tamanho.	41
5.5. Área Plantada da lavoura temporária	42
5.5.1. As quantidades produzidas da lavoura temporária.	43
5.5.2. Produtividade dos principais produtos da lavoura temporária	45
5.5.3. Área plantada da lavoura permanente	46
5.5.4. As quantidades produzidas da lavoura permanente	47
5.6. Produção de Origem Animal	48
5.7. Efetivos da pecuária	49
5.8. Comercialização da produção agrícola	51
5.9. Conclusões Parciais	52
CAPÍTULO 6	54
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO SUB-SETOR CAMPONÊS	54
6.1. Uso de Força	54
6.2. Uso de máquinas(tratores e arados)	55
6.3. Uso de fertilizantes	58
6.4. Evolução do percentual de despesas	59
6.5. Conclusões Parciais	61
CAPÍTULO 7	63
CONCLUSÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS NO PIAUÍ, EM QUINZE ANOS.	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS TRABALHOS CONSULTADOS	70
ANEXOS	72
Anexo A - Mapa do Piauí	72

INTRODUÇÃO

A origem da estrutura fundiária no Brasil, está nas sesmarias. No império, eram doadas imensas extensões de terras a algumas poucas famílias, as quais prestavam favores aos Governos Gerais e gozavam de influência e prestígio junto aos mesmos.

Muitos desses senhores, que dispunham de grandes recursos, instalavam seus engenhos na zona da mata, dedicando-se à produção de açúcar para a exportação. No entanto a família Garcia d'Ávila, conseguiu sesmarias que penetravam os sertões, ocupando grande parte dos sertões de Pernambuco e Piauí, dedicando-se à criação de gado.

A verdadeira conquista dos sertões porém, foi feita por homens que não dispunham de poder e influência junto aos governadores gerais para receberem sesmarias. Eram vaqueiros, muitas vezes escravos, posseiros e arrendatários. Os sesmeiros mantinham currais, os quais tinham como responsável um vaqueiro que era escravo de confiança ou um agregado, que recebia remuneração no sistema de "quarta". Outras áreas eram arrendadas, recebendo o sesmeiro o foro.

Paralelo à criação de gado, era desenvolvida uma agricultura, voltada para o abastecimento de cada curral individualmente. Sendo o vaqueiro e sua família responsáveis, pela produção de arroz, feijão, mandioca e algodão. Portanto, a criação de gado, que estava voltada para o mercado doméstico, tinha o sesmeiro, o latifundiário como agente. Já a agricultura de produtos alimentares, era desenvolvida pelo homem que não dispunha de recursos. Segundo Andrade(1986), a distância do litoral e as péssimas condições das estradas obstruíam a exportação dos produtos agrícolas para o mercado doméstico, impedindo que as culturas se expandissem por grandes áreas.

Para um período recente temos estudo de Castro(1980), mostrando o crescimento da produção de alimentos no Nordeste no período de 50-60, apoiado na produção familiar. Castro contrapõe-se à análise do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Nordeste __ GTDN que mostra a estagnação da economia nordestina, decorrente sobretudo do atraso do setor agrícola. Ele se

utiliza de estudos sobre produção física, área cultivada, produtividade, produção real do setor agrícola, realizados pelo Grupo de Programação Agrícola__ Departamento de Agricultura e Abastecimento__ SUDENE, além do anteprojeto do IV Plano Diretor. As deficiências do aparelho estatístico são apontadas por Castro, como causa possível de uma análise tão distorcida. Entretanto, ele chama atenção para o fato de que a estagnação da produção agrícola nordestina, foi usada pelo GTDN como pressuposto.

(...) "no período 1950-60 o produto real do setor agrícola cresceu a surpreendente taxa de 6,1%. Sendo o crescimento demográfico nordestino no período em questão estimado em 2,2% verifica-se na região notável ritmo de crescimento da produção agrícola per cápita. Se tomássemos um período mais recente, por exemplo 1956-65, manter-se-iam os elevados resultados obtidos pela agricultura nordestina: 5,5% de crescimento anual". (Castro, 1980).

É destacado por Barros que o crescimento da agricultura deu-se sobretudo nas culturas alimentares, com aumento das áreas de lavouras permanentes, tendo por base pequenas propriedades do agreste e sertão e também a fronteira agrícola maranhense, onde se multiplicaram os pequenos estabelecimentos dedicados sobretudo ao cultivo do arroz, estabelecimentos estes que produziam não apenas para o consumo mas, também para o mercado. O pequeno produtor desenvolve um intercâmbio com o mercado de bens, passando a adquirir no mercado produtos que antes eram desenvolvidos por eles, voltando-se por outro lado para o cultivo de produtos mais lucrativos. Ao alcançar um nível melhor de monetarização, o produtor introduz um mínimo de melhorias e implementos mecânicos, que impulsionam a produção. Esta sai da esfera local para a esfera regional, graças às melhorias nas estradas, e ao aparecimento do caminhão, estando assim facilitado o escoamento da produção, e quebrado o monopólio comercial do proprietário-comerciante.

Para o GTDN era inconcebível que uma produção desenvolvida sobre "uma estrutura de propriedade universalmente condenada, exibindo o mais flagrante atraso tecnológico e mantendo em lamentável situação econômica a maioria de seus trabalhadores, pudesse constituir um setor dinâmico!"(Castro, 1980).

Melo(1982), também destaca a importância da produção de alimentos no Nordeste, pelos pequenos estabelecimentos.

(...) "é bastante conhecido o importante papel que desempenham os pequenos estabelecimentos [com área inferior a 10ha] no âmbito da agricultura nordestina. Eles, de fato, têm sido os principais responsáveis pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região, bem como pela concentração de grande contingente da força de trabalho rural". (Melo, 1982).

O nosso objetivo é checar o esgotamento da produção familiar no Nordeste, especificamente no Piauí. Segundo Melo(1982) , o modelo de crescimento extensivo da economia agrícola nordestina baseado na unidade de produção familiar, apresenta tendências de esgotamento.

O autor apresenta essa hipótese, a partir de um levantamento nos subperíodos 1940 a 1950, 1950 a 1960, 1960 a 1970, e 1970 a 1975, com base nos Censos Agropecuários dos respectivos anos. Melo, mostra o crescimento extensivo da agricultura nordestina nos anos 50, no qual o setor de lavouras deu a principal contribuição. Entendendo-se por extensivo, o acréscimo de terra e homens, sem alterações no modo de produzir, que pudessem acarretar um aumento de produtividade. Do total de 3,4 milhões de hectares incorporados, 65% foram absorvidos pelos pequenos e médios estabelecimentos. O autor, faz referência aos estabelecimentos de menos de 10ha como pequenos, e aqueles de 10 a 100ha são os estabelecimentos médios. Quanto à absorção da força de trabalho no mesmo período, duplicou no interior do pequeno estabelecimento, passando de 1,5 milhões de pessoas para 3 milhões. Nos médios a variação foi de 41,8%, atingindo 2,3 milhões de pessoas.

Os anos 60, também foram de crescimento extensivo. A extensão da área foi em torno de 10,7 milhões de hectares, sendo que a metade do acréscimo foi absorvida pelos pequenos e médios estabelecimentos. O crescimento da força de trabalho deu-se apenas nos pequenos estabelecimentos. O incremento da área de lavouras em 1970 com relação a 1960 foi de aproximadamente 45% pelos pequenos estabelecimentos e de 21% para os médios. Na década de 60 o produto real da agricultura nordestina cresceu a uma média de 4,8% a.a.

De 1970/1975, o modelo de crescimento extensivo da agricultura nordestina começa dá sinais de esgotamento. Das novas terras incorporadas, aos grandes estabelecimentos coube 86%, e aos pequenos apenas 5,9% que correspondem a 241,5 mil hectares. Nos pequenos estabelecimentos, o acréscimo da força de trabalho no período foi de 836 mil pessoas.

Segundo Melo(1982), a concentração de terra na mão dos latifundiários associada ao desaparecimento de relações de produção como parceria e arrendamento, levando os produtores a tornarem-se totalmente dependentes da venda da força de trabalho, o assalariamento, são as principais causas dessa tendência. E as conseqüências são, a pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento, a redução da produção interna de subsistência e o fechamento da fronteira agrícola.

O objetivo de nosso estudo é a evolução da produção familiar no Piauí no período de 1970 a 1985. Buscamos obter uma visão agregada do Sub-Sector camponês no Piauí, em sua dinâmica histórica. Procuramos reconhecer como é o Sub-Sector, suas características e seu desempenho, sempre na perspectiva dinâmica de um conjunto em transformação. A grosso modo podemos agrupar os aspectos a serem observados em dois grupos básicos de variáveis. Primeiro, as que dizem respeito ao porte do Sub-Sector: número de estabelecimentos, tamanho da população trabalhadora, tamanho da área dos estabelecimentos, volume da produção. Um segundo grupo diz respeito às características da sua produção: insumos, equipamentos, sistemas de produção, conjunto de produtos, destino da produção, etc.

Podemos chamá-la de produção camponesa, porém dentro de nossas especificidades históricas, sem em nenhum momento utilizarmos como parâmetro ou mesmo como referencial as aldeias camponesas dos velhos países europeus ou do Novo Mundo.

CAPÍTULO 1

SISTEMA CONCEITUAL

Trabalhamos com os dados secundários dos censos agropecuários do Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística__ FIBGE. Pelo fato de que o IBGE não trabalha com o conceito de produção familiar, buscamos um indicador que mais se aproxime do objeto procurado, no caso este indicador seria o módulo rural.

O módulo rural segundo o Estatuto da Terra citado por Valente(1983) tem como finalidade primordial estabelecer uma unidade de medida que leve em consideração a ligação entre a dimensão, a situação geográfica de imóveis rurais, e como se dá seu aproveitamento econômico. Portanto, para a fixação do módulo de cada região são consideradas as características ecológicas, a localização e a proximidade dos mercados, e ainda quais os tipos de exploração predominantes.

Segundo o Estatuto da Terra¹, "o dimensionamento do módulo define a área agricultável que deve ser considerada em cada região e tipo de exploração". (Valente, 1983). Os imóveis rurais isolados serão classificados como unidades familiares se a força de trabalho utilizada para explorá-la for preponderantemente familiar, de acordo com o Estatuto da Terra. É exigido ainda por este documento que toda mão-de-obra familiar seja absorvida internamente, garantindo à família o progresso social e econômico. Sabemos que, dentro das condições atuais isso não se verifica.

Em cada zona e para cada tipo de exploração os módulos corresponderão à área agricultável necessária para remunerar a mão-de-obra familiar e a de terceiros eventualmente empregada, como também o capital fixo investido e o capital de giro para manutenção das atividades de exploração. Levar-se-ão em conta também práticas conservacionistas usuais, destinando áreas para reservas naturais ou plantadas, como também áreas para rotações de determinadas culturas.

¹ Brasil. Decreto n. 55.891 - 31 de mar. de 1965. Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.

No Piauí há áreas com módulos distintos em função de suas características diferenciadas. Segundo a publicação "Índices Básicos 92" do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária __ INCRA, os módulos das várias regiões se distribuem no território da seguinte forma:

Tabela dos Módulos

Módulo(ha)	Extensão(km)	Percentual(%)
15	1.356	0,54
30	9.466	3,76
55	16.393	6,52
60	28.806	11,46
70	142.191	56,58
75	53.056	21,11

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, ÍNDICES BÁSICOS 92. p.19, 20, 21, e 22.

Superfície Territorial do Piauí: 251.273km.

Microregiões: 11

Municípios: 118

O módulo de 15ha está restrito ao município de Teresina, e representa apenas 0,54% do território do estado. O de 30ha engloba a microregião de Teresina, excluindo-se a cidade de Teresina, perfazendo um total de sete municípios. Para o de 55ha, temos a microregião "Baixo Parnaíba Piauiense" mais os municípios de: Alto Longá, Campo Maior e São João da Serra, os quais pertencem a microregião de Campo Maior, englobando um total de 12 municípios. O de 60ha, está restrito a microregião de Campo Maior, excluindo-se os três municípios citados anteriormente. Seguindo a ordem crescente, temos o de 70ha que inclui as microregiões "Médio Parnaíba Piauiense", "Valença do Piauí", "Floriano", "Baixões Agrícolas Piauiense", "Médio Gurguéia", "Altos Piauí" e "Canindé, o que nos dá um total de setenta e sete municípios, os quais representam 56,58% do território do estado. Por último, temos o de 75ha que inclui as microregiões de "Alto Parnaíba Piauiense" e "Chapadas Extremo Sul Piauiense" que envolvem onze municípios, representando 21,11% do território piauiense.

Portanto, os maiores módulos são os mais representativos em termos de extensão territorial, como nos mostra a tabela acima. Em vista disso, e das consultas por nós realizadas em trabalhos e pesquisas desenvolvidos por técnicos e pesquisadores piauienses, que fazem referência a estabelecimentos dessa extensão, onde o trabalho familiar é preponderante como é o caso de Rocha (1988), que trabalha com o conceito de pequena produção e produção camponesa, ou

ainda Bandeira(1981) que trabalha com o conceito de produção camponesa, consideramos os estabelecimentos menores de 100ha, como alvo de nossa pesquisa.

Concordamos com estudos já realizados de que a produção familiar abrange um universo muito amplo, e que vem resistindo dentro dos mais diversos contextos socio-econômicos e políticos graças a sua grande capacidade de adaptação.

(...)” em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da população como um todo; em outros, ao contrário é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada”.(Brumer at alli, 1993).

Abrangemos os estabelecimentos de menos de 100ha, independente da condição legal de propriedade, sejam pequenos proprietários, arrendatários, ocupantes ou parceiros, que sabemos empiricamente dão curso as suas atividades com grandes dificuldades, que na sua maioria são pobres, e que desenvolvem sua produção de forma dependente do latifúndio, visto que principalmente no período de ausência das chuvas procuram as médias e grandes fazendas para trabalhar.

CAPÍTULO 2

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A primeira atividade econômica no Piauí foi a pecuária. Responsável pela ocupação do território, formação do povo e da cultura piauiense. Podemos dividir a pecuária em duas fases. A primeira, que tem início a partir de meados do século XVII, é uma fase de expansão, de crescimento, e se estende por um século e meio aproximadamente. No período de ocupação do território os primeiros fazendeiros dispunham de capital e o despendiam para instalar suas fazendas, o que incluía a compra de escravos e a manutenção de exércitos que defendiam a propriedade. A luta se dava em um primeiro momento entre sesmeiros e índios, e depois entre sesmeiros e posseiros. Nesse período de expansão temos a conquista dos mercados mineiros de gado bovino e de seus derivados: animais de trabalho, carne, charque. Entretanto, mesmo nessa fase de expansão não ocorriam melhoramentos nas fazendas. Podemos dizer, que a expansão da pecuária se reduziu a formação de grandes latifúndios, com baixa densidade demográfica e insignificantes índices técnicos.

A segunda fase, a partir do século XIX, tem início com a entrada no mercado de Minas de gado de concorrentes mais qualificados como o Rio Grande do Sul, Ceará e Maranhão acarretando para o Piauí a perda do mercado da região mineradora, levando a sua pecuária a decadência, fato que já vinha se evidenciando cinquenta anos antes. Embora o Piauí não seja tão assolado pelas secas, se comparado com outros estados do Nordeste, como Ceará e Pernambuco por exemplo, apresentando índices pluviométricos superiores e melhores pastagens naturais, possuía um rebanho de qualidade bem inferior. Nessa fase o trabalho livre era preponderante, no entanto não ocorreram mudanças significativas na economia do estado, pois a mão-de-obra livre não recebia salário monetário, sendo paga com crias de gado pela relação de "quarta", não demandando bens industriais.

O sistema de quarta permitiu o surgimento de médias e pequenas fazendas, que cultivavam culturas alimentares e também plantavam o algodão. A cultura algodoeira surgiu no século XIX, como resposta a demanda internacional e, é vista como uma possível variável de diversificação da estrutura fundiária piauiense. Em 1865, o algodão representava a principal fonte de renda para o Piauí, resultado das exportações internacionais, embora devemos deixar claro que a

produção do Piauí era em uma escala bem inferior aos grandes produtores nacionais. Tão logo os Estados Unidos recuperam sua posição de grande fornecedor de algodão às indústrias européias e o aparecimento de outras áreas produtoras, fazem com que a produção nordestina e a piauiense em particular percam mercado. Com isso a produção piauiense se volta para o mercado regional e nacional. O algodão consorciado com culturas alimentares como o milho e feijão, permitia ao produtor se proteger dos movimentos oscilatórios dos preços no mercado de bens agrícolas, além de fornecer a ele uma renda monetária. A cultura algodoeira tinha por base a pequena unidade produtiva sendo desenvolvida não só por pequenos proprietários, mas também por posseiros e por parceiros e moradores no interior das grandes fazendas.

No final do século XIX aparece a economia extrativista, que durante toda a primeira metade do século atual propiciou a maior geração de renda para o estado. O extrativismo como a pecuária extensiva, é desenvolvido em longas extensões de terra, confirmando uma estrutura fundiária concentradora, apresentando todavia uma característica particular que é aquela de estar voltado para o mercado externo, ficando conseqüentemente sujeito às suas variações.

Os produtos extrativos explorados foram a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa do babaçu. Embora a exploração de cada produto em escala comercial, seja de aproximadamente quinze anos, não podemos rigorosamente separá-los em períodos diferentes, e não devemos também considerarmos a produção de cada produto completamente paralisada, após esse período. O que ocorria de fato era a perda de importância na geração de renda e de absorção de mão-de-obra. O ciclo de crescimento de pouco mais quinze anos de cada produto, em decorrência do esgotamento da demanda internacional, é apontado por Bandeira(1993) como causa para a não modernização dos instrumentos de produção.

A borracha da maniçoba começou a aparecer em escala comercial no final do século XIX, tornando-se em 1902 uma das principais fontes de renda do estado. Segundo Queiroz², citado por Bandeira(1993), no triênio 1909-1911 a participação da borracha nas exportações foi da ordem de 60% , superando o algodão e o gado. As áreas de maior concentração das maniçobeiras estavam no sudeste do estado, sendo os municípios de São João do Piauí, Jaicós, e

² Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita. A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920. Curitiba: UFPR, 1984. Dissertação(Mestrado em História Econômica)- Universidade Federal do Paraná,1984.

São Raimundo Nonato, pertencentes a essa região, os maiores produtores seja em árvores nativas, seja com árvores plantadas. A maior incidência das árvores nativas gerou disputas e conflitos pelas terras . A partir de 1912 temos uma queda no volume exportado, ocasionado pelo aumento da participação de outros países no mercado e também pela substituição da borracha natural por produtos sintéticos.

Em 1918, a atividade extrativa mostra sinais de fortalecimento com a elevação da cotação da cera de carnaúba no mercado internacional. A cera era usada para diversos fins segundo Bandeira(1993), como na produção de graxas para sapato, velas, discos, e ainda segundo Porto³, citado por Bandeira(1993), na extração de ácido pícrico, utilizado no fabrico de pólvora de alto poder explosivo. Em decorrência dessa utilização, os preços subiram durante as duas guerras mundiais, proporcionando grandes lucros aos exportadores, com a exportação da cera sobretudo para os Estados Unidos. No período da segunda guerra mundial os preços não subiram mais, por conta dos acordos entre Brasil e Estados Unidos que estabeleciam preços máximos.

A amêndoa de babaçu exportada para a Alemanha desde 1911, no período de 1937-1946 passa a ser exportada em grandes quantidades para os Estados Unidos. Em 1947 com o fim dos acordos com os Estados Unidos os preços sobem, a demanda se mantém nos mesmos níveis, proporcionando significativos lucros para os exportadores. O ano de 1952 marca o início do período de decadência do babaçu no Piauí.

A reduzida massa salarial no extrativismo não permitia uma demanda por bens industriais, não estimulando a instalação de indústrias. Os gêneros de primeira necessidade consumidos pelos extratores eram vendidos pelos próprios proprietários no sistema de barracão, que consiste no atrelamento do produtor à compra no "estabelecimento" do proprietário da terra na qual ele trabalha. Afirma Porto⁴, citado por Bandeira(1993), que a grande maioria dos trabalhadores (3/4 aproximadamente) no extrativismo praticavam uma agricultura de subsistência, não demandando bens agrícolas. No barracão eram vendidos produtos alimentares básicos como açúcar, sal, café, os instrumentos agrícolas necessários à produção, além de outros produtos como o fumo.

³ Porto, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova. 1974.

⁴ Porto, Carlos Eugênio. Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova. 1974.

O extrativismo porém, foi fundamental na formação da estrutura urbana estadual. As casas exportadoras localizadas em cidades como Floriano, Teresina e Parnaíba, dinamizaram o comércio local. A população da região norte do estado aumentou, pois para lá acorriam pessoas de outras regiões do estado, atraídas pela atividade extrativista com o babaçu e a cera de carnaúba. Além do aumento das receitas estaduais, surgimento de algumas indústrias beneficiadoras e de uma série de melhoramentos urbanos apontados por Martins⁵ citados por Rocha (1988), os quais são: a instalação de luz elétrica e o abastecimento de água na capital... , a construção de prédios públicos, a abertura de ruas e praças, tanto na capital, como nas cidades interioranas.

Após 1950, com a decadência do extrativismo, a agricultura toma impulso, e as áreas destinadas às lavouras aumentam consideravelmente, como também as unidades de produção familiar, que encontram na produção de alimentos a única forma de sobreviver. Esse aumento das áreas de lavouras deveu-se à expansão das fronteiras internas das médias e grandes propriedades e não pelo desbravamento de uma fronteira livre. Portanto ocorre uma inversão, a atividade que antes era a principal, o extrativismo, torna-se complementar no sustento do produtor e da sua família. "(...) a grande propriedade extrativista passaria a ceder cada vez mais terras para a lavoura cobrando, agora, uma renda previamente fixada para contrabalançar as perdas nas atividades extrativistas".(Rocha, 1988). Um outro fator mostrado por Rocha(1988) como responsável pelo processo de multiplicação das unidades de produção familiar, e que nós concordamos são:

"Os incessantes processos migratórios internos no Nordeste, evidenciados com maior vigor nos momentos de seca mais agudos, trouxeram para o Piauí um contingente significativo de trabalhadores das zonas fronteiriças mais afetadas como as do sertão do Ceará e de Pernambuco fundamentalmente. (...) esses imigrantes se tornaram moradores, parceiros ou ocupantes de parcelas minúsculas de terras em áreas devolutas ou em propriedades abandonadas, praticando aí uma agricultura itinerante estritamente de auto consumo."
(Rocha, 1988).

Devemos esclarecer que Rocha não trabalha com o conceito de produção familiar, e sim pequena produção. No entanto faz referência, ou melhor, diz textualmente que "a grosso modo, podem-se considerar como representativos da pequena produção no Piauí todos aqueles estabelecimentos que utilizam área inferior a 100ha" e ainda que a pequena produção utiliza-se

⁵ Martins, Agenor de Souza et alli. Evolução histórica da economia piauiense. s. e. Cultura, 1964.

essencialmente da mão-de-obra familiar (Rocha,1988). Entendemos portanto, que podemos fazer uso das informações citadas por ele, pois o conceito utilizado por ele não entra em choque com o que nós utilizamos.

O referido autor faz ainda referência na mesma obra, de que no período de 1950-1970, ocorreu aumento da pequena propriedade jurídica e que talvez a herança e a partilha da pequena e média propriedade entre membros numerosos da família possam ser apontados como a principal causa, e que as doações, o direito natural de posse, e a compra seriam os elementos secundários. O número de estabelecimentos menores de 100ha no período apresentou um aumento muito grande. "Levando-se em consideração todos os menores de 100ha, essa participação aumenta de 66,2% para 91,5%, indicando assim um predomínio quase absoluto das pequenas unidades na estrutura organizacional da produção agrícola no Estado do Piauí."(Rocha, 1988). No entanto, utilizando-se da mesma fonte, os censos agropecuários do FIBGE, o referido autor mostra que em relação a área a participação dos citados estabelecimentos é muita baixa, sendo de 8% em 1950, atingindo 20% em 1970, levando conseqüentemente a uma queda da área média nos substratos abaixo de 100ha. Nos estabelecimentos de menos de 10ha, a área média em 1970 é de 2ha, apresentando uma queda de 57% em relação a 1950. A queda da área média se verifica também entre os grandes estabelecimentos refletindo "(...) o processo de fragmentação das grandes propriedades em pequenas unidades produtivas entregues a parceiros, arrendatários, etc."(Rocha,1988).

Teles⁶ citado por Bandeira(1993), nos mostra que em 1948/1950 a grande participação no setor agricultura era a extração vegetal com 18,18% caindo para 4,40% em 1966/1968. De um período para outro o peso da agricultura na composição do produto do estado como um todo, variou muito pouco__ de 46,82% para 44,07%. Isto é explicado, pela participação crescente das lavouras 17,28% para 26,80 que é compensado pela queda de quatorze pontos percentuais no sub-setor extrativismo vegetal. A produção agrícola passa por uma reestruturação. Estando agora voltada para o mercado local, o qual estava sendo pressionado pelo aumento da população urbana "que passou de 170.584 habitantes em 1950, para 536.612 habitantes em 1970" (Bandeira,1993), e para o doméstico.

⁶ Teles, João Agostinho, Pereira, Antônio Reis. Estrutura econômica piauiense. Teresina: Fundação Cepro. 1976. (Ensaio Econômico, 3)

De 1950 para 1970 temos um crescimento da área utilizada para lavouras permanentes. A produção alimentícia cresceu consideravelmente." A produção de feijão passa de 5.951t para 26.427t, enquanto o milho passa de 8.243t para 60.753t".(Bandeira,1993). A pecuária também apresenta crescimento. As áreas para pastagens naturais e plantadas são ampliadas, predominando ainda as pastagens naturais.

No período da economia extrativista o Piauí comprava dos estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco, porém com a mudança na economia do estado, intensifica-se o comércio com o Sudeste de quem compra sobretudo eletrodomésticos e veículos. E vende arroz, feijão, algodão, couros, gorduras e outras matérias-primas a outros estados da região Nordeste. O crescimento das culturas alimentares se deu baseado na fragmentação do latifúndio através de contratos de arrendamento e parceria, objetivando a retirada da renda fundiária. O proprietário ou seu administrador cede parcelas de terras aos produtores, que em contrapartida pagam uma renda em produto, ou em dinheiro, ou ainda mediante o fornecimento de mão-de-obra ou formação de pastos. Podendo dar-se uma combinação das três formas.

Faz-se necessário destacar a importância das pequenas unidades produtivas, e da força de trabalho familiar no desenvolvimento da agricultura de alimentos.

(...) "é importante observar que no processo histórico específico de formação e transformação da economia agrícola do estado do Piauí, a pequena produção, seja de alimentos ou de matérias-primas se caracteriza como um dos aspectos marcante do sistema de organização social da produção do setor, tornando-se em período recente, a forma predominante deste sistema de produção". (Rocha,1988).

Ainda no trabalho citado acima o autor observando os dados censitários do FIBGE de 1950, 1960, e 1970, destaca o aumento da participação dos estabelecimentos de menos de 10ha, que em 1950 representavam 22,2% e em 1970 representam 70% do número total de estabelecimentos. Se forem considerados os menores de 100ha, a participação vai de 66,2% para 91,5%. Quanto a mão-de-obra familiar, também apresentou um grande crescimento no período. Em 1950, a mão-de-obra familiar, identificada nos censos como "responsáveis e membros não remunerados da família", representava 52% do total de pessoas ocupadas, já em 1970 a participação é de 97%. O período de 1970/1975 é visto como um período de transição, no qual a

pequena produção deixa de ser uma economia agrícola de subsistência e passa a adquirir características de uma economia mercantil.

Também com dados censitários do FIBGE, Bandeira(1980), aponta um crescimento da economia camponesa, e conseqüentemente segundo ele, o aprofundamento de relações de produção arcaicas no campo, se referindo a um número maior de pequenas unidades produtivas familiares. Conjuntamente com os dados de cadastro do INCRA para 1972 e os dados censitários para 1950, 1960 e 1970, Bandeira chega às principais características da produção agrícola piauiense, as quais são:

- "a) grande concentração dos imóveis produtores em área com menos de 50ha;**
- b)os imóveis localizados em estratos de áreas menores apresentam maior produtividade por área, isto é, à medida que se passa dos menores para os maiores estratos, a produtividade passa a ser decrescente;**
- c) a quase totalidade da produção provém de um número muito grande de pequenas unidades produtivas familiares, as quais em sua maioria, não possuem condições de pelo menos conseguir a subsistência de todos os seus membros;"(Bandeira,1980).**

Portanto, acreditamos não existir dúvidas quanto à importância histórica das unidades produtivas familiares no Piauí. Esses produtores sem terem recebido apoio institucional ou da sociedade, ainda conseguem uma produtividade superior aos grandes estabelecimentos, graças ao esforço de toda família, incluindo-se mulheres e crianças. Quanto ao fato de produzirem ou não para o mercado, entendemos que esta não é a questão principal, visto que formam um contingente populacional muito grande, e no momento que conseguem o suficiente para sua manutenção, estão mostrando a sociedade que são capazes.

Até este ano de 1970, conforme puderam observar os estudiosos citados não se podia portanto falar em "esgotamento" da capacidade de crescimento da agropecuária do estado baseado na produção camponesa.

Resta portanto verificar o desenvolvimento do setor agropecuário, e no seu interior do sub-setor camponês no período subsequente.

CAPÍTULO 3

O NOVO PORTE DO SUB-SETOR CAMPONÊS NO PIAUÍ

Para avaliarmos como se apresenta o Sub-Setor camponês, vamos verificar o que ocorreu ao longo do período estudado com o número de estabelecimentos, a área agregada, e a força de trabalho utilizada. Neste capítulo que está subdividido em três subtítulos, faremos um paralelo entre a produção camponesa e a produção agropecuária do estado do Piauí, utilizando as variáveis acima mencionadas. Verificaremos se ocorreu um crescimento ou recuo dessas variáveis para o estado, e se a produção camponesa acompanhou ou não.

3.1. O número de estabelecimentos.

Tabela 1

O número de estabelecimentos-1970, 1975, 1980,1985.

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Estabelecimentos						
Totais (Geral)	217.886	216.704	249.129	270.443	52.557	24
Totais(- de 100ha)	199.245	199.066	230.707	250.797	51.552	26

FONTE : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos agropecuários 1970.p.04, 1975.p.04, 1980.p.04, 1985.p.04.

Em 1970 o Sub-Setor camponês do Piauí já era composto por um grande número de unidades de produção, 199.245 estabelecimentos que correspondiam a maioria entre o universo total dos estabelecimentos agropecuários do estado. Estes totalizavam 217.886, o que atribuía ao mundo camponês 91,4% deste total.

Como se vê nesta data, era enorme a importância numérica dos estabelecimentos camponeses no conjunto da agropecuária estadual.

No período entre 1970 e 1985 o grupamento camponês manteve-se em vigoroso crescimento, tendo surgido 51.552 novos estabelecimentos.

O crescimento do número ou a multiplicação deste tipo de unidade de produção deu-se de forma muito intensa, pois neste curto intervalo de 15 anos, o conjunto cresceu 26%.

O contingente total dos estabelecimentos agropecuários do Piauí, neste período expandiu-se assim como vimos pela formação de novas unidades camponesas, mas porém não somente delas. Novos estabelecimentos patronais, ou não camponeses, também se formaram. O novo total geral dos estabelecimentos agropecuários do Piauí atingiu, em 1985, 270.443.

Como se pode ver, no contingente dos estabelecimentos novos, criados entre 1970 e 1985 a presença majoritária é dos camponeses, tal como já era no universo total em 1970. Apenas 1.005 estabelecimentos não camponeses surgiram no período. Os novos estabelecimentos camponeses correspondem à 98% dos novos estabelecimentos.

Em 1985 o percentual dos estabelecimentos camponeses no total geral do estado era de 92,7%.

Como se pode deduzir, durante o período considerado houve crescimento do número total de estabelecimentos, e dos estabelecimentos camponeses. Além disso, estes últimos tornaram-se mais importantes do ponto de vista numérico, tendo ampliado sua participação relativa de 91,4% para 92,7% em 15 anos.

3.2. A área agregada.

Tabela 2
A área agregada-1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	Área(HA)				Variação(85 - 70)	
	1970	1975	1980	1985	Absoluta	Relativa
Área						
Total (Geral)	9.606.731	10.523.516	11.162.096	11.828.027	2.221.296	23
Totais(- de 100ha)	1.920.301	1.952.004	2.179.079	2.483.401	536.100	29

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.04, 1975.p.04, 1980.p.04, 1985.p.04.

A parcela da área ocupada pela agricultura camponesa piauiense, é apenas uma pequena fração da área total(geral) da agropecuária do estado. Em 1970 dos 9,6 milhões de hectares apenas 1,9 correspondiam a parte camponesa, perfazendo 19,9% do total.

Durante o período analisado houve importante acréscimo de novas áreas tanto ao Sub-Sector camponês quanto à produção não camponesa. O conjunto da agropecuária estadual passou a contar com mais 2,2 milhões de hectares. Já os camponeses somaram uma área bem mais restrita, porém importante, de 536.100ha.

Nesta ampliação das áreas ocupadas pela agropecuária do estado pode-se perceber que as novas áreas, à grosso modo reproduzem a divisão das áreas existentes em 1970 entre áreas camponesas e não-camponesas. Ou seja, apenas 24% da área nova é apropriada pelos camponeses, uma parcela muito próxima da que desfrutava no início do período.

Uma interpretação mais acurada dos dados censitários revela porém uma apropriação camponesa das novas áreas em uma taxa um pouco superior a proporção que tinha em 1970. Assim partindo, de 1970, de 19,9% do total, e ampliando suas áreas na proporção de 24% das novas aquisições o sub-setor camponês chega em 1985 ocupando 21% da área total ocupada do estado.

Em síntese apesar de ser uma pequena fração da área total da agropecuária do Piauí, o sub-setor camponês teve um crescimento bastante significativo(29%) e ampliou com isso sua participação percentual no total do estado(de 19,9% para 21%).

3.3. A força de trabalho utilizada.

Tabela 3
A força de trabalho utilizada
Pessoal Ocupado

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Pessoal Ocupado						
Totais (Geral)	518.736	613.521	790.326	818.465	299.729	58
Totais(- de 100ha)	459.839	545.325	698.204	723.251	263.412	57

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.30,31,32,33,1975.p.34,35,36,37,1980.p.30,31,32,33,1985.p.32,33,34,35.

A força de trabalho aqui considerada como efetivamente utilizada na produção camponesa estadual é, na verdade um seu indicador apenas, o pessoal ocupado tal como é definido pelo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - F.I.B.G.E.

Assim temos que também em termos de pessoal ocupado o sub-setor camponês é de enorme importância dentro do contexto da agropecuária do estado. Os quase 460 mil ocupados no setor camponês são 88,6% do total(518 mil) do pessoal utilizado em toda a produção agropecuária estadual.

Como se vê a produção camponesa em 1970 confirmava sua importância vital como setor produtivo e gerador de trabalho e renda.

Mas o pessoal ocupado também não se manteve estabilizado nos anos estudados. Pelo contrário, expandiu-se muito, atingindo 723 mil pessoas em 1985, o que corresponde a um crescimento de 57% em relação a 1970. Quando fizermos a comparação do pessoal ocupado com o número de estabelecimentos e área agregada camponesa veremos que o crescimento do pessoal ocupado foi especialmente vigoroso.

Porém o pessoal ocupado nas explorações não-camponesas também cresceu fortemente no período. Dos 518 mil ocupados no conjunto da agropecuária em 1970 passaram à 818 mil em 1985, que representa um crescimento de 58%. Como se pode observar, o crescimento no total(geral) foi mais intenso que aquele observado no sub-setor camponês em termos proporcionais e absolutos. Embora, em valor absoluto o adicional seja pequeno: 36 mil ocupados, que representam 13,6% dos 263 mil ocupados no sub-setor camponês.

No fim do período a população ocupada nas explorações camponesas representam 88,3% do total da agropecuária piauiense.

3.4. Conclusões Parciais

O sub-setor camponês cresceu muito, acompanhou o crescimento da agropecuária do Piauí. A estrutura fundiária foi mantida, como veremos no capítulo seguinte.

Se estabelecermos uma comparação da área com o número de estabelecimentos, teremos a área média dos estabelecimentos. A área média por estabelecimento, considerando-se o conjunto da produção agropecuária do estado, é de 44ha em 1970 e em 1985. Para a produção camponesa a área média é de 10ha aproximadamente.

Fazendo-se o cruzamento do pessoal ocupado com o número de estabelecimentos, temos que para a produção estadual a média é de duas e três pessoas por estabelecimento, em 1970 e em 1985 respectivamente. Para a produção camponesa, temos valores próximos: 2,3 e 2,8.

Se a área média por estabelecimento na produção estadual é de 44ha, e a média de pessoa por estabelecimento em 1970 é de duas pessoas, temos então 22ha por pessoa. Em 1985 cai um pouco, ficando 14,66ha por pessoa.

Se fizermos a mesma comparação para a produção camponesa, teremos em 1970 a média de 4,34ha por pessoa, e em 1985 esta será de 3,57ha por pessoa.

Embora saibamos da limitação da média para fazermos a leitura da realidade, esta não pode ser desconsiderada. Enquanto para a produção estadual a área média por estabelecimento é de 44ha, para a produção camponesa representa apenas 22% desse valor. Para o final do período, a produção camponesa está com a área média por pessoa reduzida em 15,55%, ou em outras palavras a densidade demográfica aumentou 15,55%. Para o conjunto da produção agropecuária do Piauí, o aumento da densidade populacional foi de 33%. Sendo portanto, o aumento de densidade populacional a grande novidade.

CAPÍTULO 4

AS CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS.

A partir desse capítulo, trataremos da produção camponesa, sem obrigatoriamente estabelecermos comparações com a produção estadual. Sua ocorrência será uma consequência, mas não o nosso objetivo maior.

Buscaremos subsídios sobre a produção camponesa, inicialmente através das características das unidades de produção.

Para isso estudaremos a estrutura fundiária na qual a produção camponesa está inserida. Faremos uso do número de estabelecimentos: segundo a condição legal das terras, isto é, se as unidades de produção estão em terras próprias, arrendadas, ocupadas, ou ainda em situação mista ___ próprias e arrendadas, próprias e ocupadas, arrendadas e ocupadas, e próprias, arrendadas e ocupadas; segundo a condição do produtor, se este é, proprietário ou arrendatário, ou parceiro, ou ainda ocupante; Resumindo, queremos saber em que situação legal, estão trabalhando os produtores camponeses.

Verificaremos também a área envolvida, segundo a condição do produtor. Qual a extensão da área das unidades de produção, cujo responsável é o proprietário, ou arrendatário, e assim sucessivamente. Qual categoria tem uma situação privilegiada, se é que existe privilégios, no interior da produção camponesa.

Por último, veremos como está distribuído o pessoal ocupado, por sexo e nas diversas categorias ___ responsáveis e membros não remunerados(mão de obra familiar), empregados em trabalho permanente, empregados em trabalho temporário, parceiros. Qual categoria é predominante no interior das unidades de produção camponesa?

4.1. A Estrutura Fundiária.

Tabela 4
Estrutura Fundiária-1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Gr. de Área(HA)						
Totais (Geral)	217.886	216.704	249.129	270.443	52.557	24
Totais(- de 100ha)	199.245	199.066	230.407	250.797	51.552	26
Menos de 1	48.285	42.822	50.207	62.316	14.031	29
1 a Menos de 2	52.226	50.610	55.902	58.178	5.952	11
2 a Menos de 5	38.208	45.410	52.763	53.746	15.538	41
5 a Menos de 10	15.110	15.771	20.625	18.816	3.706	24
10 a Menos de 20	14.376	14.008	16.894	17.411	3.035	21
20 a Menos de 50	18.647	17.929	20.580	24.615	5.968	32
50 a Menos de 100	12.393	12.516	13.436	15.715	3.322	27

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.04,1975.p.04,1980.p.04,1985.p.04.

Tabela 5
Estrutura Fundiária-1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Grupo de Área (HA)						
Total (Geral)	9.606.731	10.523.516	11.062.096	11.162.096	2.221.296	23
Totais (- de 100ha)	1.920.301	1.952.004	2.179.079	2.483.401	536.100	29
Menos de 1	29.437	26.858	31.081	36.865	9.428	32
1 a Menos de 2	64.169	66.160	71.069	74.749	10.580	16
2 a Menos de 5	106.970	130.698	152.951	153.606	46.636	43
5 a Menos de 10	99.926	106.215	136.718	124.341	24.415	24
10 a Menos de 20	193.174	191.380	225.090	234.696	41.522	21
20 a Menos de 50	581.242	570.199	644.258	782.407	201.165	35
50 a Menos de 100	845.384	860.494	917.101	1.076.719	231.335	27

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.04,1975.p.04,1980.p.04,1985.p.04.

Obs. Os arredondamentos processaram-se independentemente para cada linha impressa e para a linha de Total das tabelas. Em consequência a linha de Total não corresponde à soma exata dos valores das parcelas.

Em 1970, das 199.245 unidades de produção camponesa, 26% delas estão contidas no estrato "de 1 a menos de 2ha" que é a faixa de maior frequência, em seguida temos o estrato "de menos de 1ha" com 24% delas. Portanto, metade das unidades de produção camponesa, no início do período estudado tinham menos de 2ha. E aquelas contidas nos dois maiores estratos (de 20 a menos de 100ha) representavam apenas 16% do total.

Entre todas as faixas de tamanho do grupamento camponês, são os estabelecimentos entre 2 e 5 hectares que apresentam o maior crescimento absoluto e relativo do seu número.

Em 1985 o grupo mais frequente é o de menos de 1ha. Dos, 51.552 novos estabelecimentos camponeses, 14.031 estabelecimentos deles concentraram-se nesse estrato. Em seguida temos o "de 2 a menos de 5ha", o qual absorveu 15.538 dos novos estabelecimentos. Temos portanto uma inversão na frequência em 1985 com relação a 1970. No caso, o estrato que antes ocupava o primeiro lugar passa a ocupar o segundo. A concentração dos novos estabelecimentos nesses dois estratos foi de 57%.

Pelas diferentes taxas de crescimento de frequência dos estabelecimentos, parece haver uma tendência em crescer especialmente do grupo entre 2 e 5ha, e em plano inferior os de menos de 1ha, e os entre 20 e 50ha.

É provável que estabelecimentos destes três portes possam constituir configurações até certo ponto estáveis de três situações camponesas: a menor a do camponês pobre, com terra insuficiente para tirar dela seu sustento. A segunda faixa de tamanho intermediário, a do camponês remediado, ou aqueles que conseguem sua reprodução simples e a terceira, de maior porte, a do camponês que atingiu uma situação econômica mais confortável, os quais conseguem alguma forma de reprodução ampliada. Isto poderá se confirmar nas análises que se seguirão.

Importante dizer que as faixas que estão nos extremos correspondem à situações em vésperas de transição: os muitos numerosos camponeses que tem terra insuficiente estão na ante-sala da proletarização; ou já vivem uma espécie de semi-proletarização. Os de terras maiores começam a acumular e sendo poucos e dispondo de mais terras são candidatos a se transformarem em pequenos empresários rurais.

acumular e sendo poucos e dispondo de mais terras são candidatos a se transformarem em pequenos empresários rurais.

Com relação a área agregada pelas unidades de produção camponesa, as maiores participações dão-se exatamente nos maiores estratos, no início e no final do período analisado.

Em 1970 e em 1985 os estratos "de 20 a menos de 50" e "de 50 a menos de 100ha" somam 74% da área total agregada pelo sub-setor camponês. Se incluirmos os três maiores a participação vai para 83% em 1975 e para 84% em 1985. Os demais estratos em 1975, agregam de 1% a 5% da área total, e em 1985 a situação permanece a mesma.

4.2. O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição legal das terras.

Tabela 6

O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição legal das terras - 1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	Estabelecimentos				Variação (85 - 70)	
	1970	1975	1980	1985	Absoluta	Relativa
Condição Legal das Terras						
Totais (Geral)	217.886	216.704	249.129	270.443	52.557	24
Totais	199.245	199.066	230.407	250.797	51.552	26
Próprias	55.963	58.443	59.587	67.824	11.861	21
Arrendadas	91.683	90.245	99.246	96.985	5.302	6
Ocupadas	49.200	44.895	64.040	77.769	28.569	58
Próprias e Arrendadas	665	2.280	2.485	3.117	2.452	369
Próprias e Ocupadas	517	1.286	1.634	1.871	1.354	262
Arrendadas e Ocupadas	1.217	1.837	2.900	3.111	1.894	156
Próprias, Arrendadas e Ocupadas	...	80	155	120	40	50 *

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.08,09,1975.p.06,07,1980.p.06,07,1985.p.06,07.

* Consideramos a variação(85 - 75)

O que nos chama a atenção é a vulnerabilidade do grupamento camponês quanto ao seu acesso a terra. Se em 1970 quase 3/4(70%) dos estabelecimentos já estavam em terras que não eram próprias, a situação se agravou no período seguinte.

A tab. 6 nos mostra que o maior número de estabelecimentos não é próprio, é arrendado e ocupado.

Dos 199.245 estabelecimentos camponeses existentes em 1970 a maioria deles(46%) desenvolviam suas atividades agropecuárias em terras arrendadas. Os estabelecimentos com terras próprias representavam 28%, e aqueles constituídos por terras ocupadas 24% do total.

Em 1985 os estabelecimentos camponeses os quais desenvolvem suas atividades em terras arrendadas ainda são predominantes(38%). Os estabelecimentos com terras próprias(27%) se mantêm portanto nos mesmos patamares do início do período estudado, e aqueles com terras ocupadas alcançam 31% do total.

As unidades de produção camponesa que utilizam terras próprias e arrendadas no desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, apresentaram a maior variação relativa no período(369%), atingindo 3.117 unidades de produção. Os estabelecimentos com terras próprias e ocupadas também apresentaram variação significativa(156%). No entanto, a maior variação absoluta(28.569 novos estabelecimentos) ocorreu nos estabelecimentos com terras ocupadas.

4.3. O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição do produtor.

Tabela 7

O número de estabelecimentos camponeses segundo a condição do produtor - 1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	Estabelecimentos				Variação (85 - 70)	
	197 0	1975	1980	1985	Absoluta	Relativa
Condição do Produtor						
Total (Geral)	217.886	216.704	249.129	270.443	52.557	24
Totais(- de 100ha)	199.245	199.066	230.707	250.797	51.552	26
Proprietário	57.142	62.089	64.521	72.932	15.790	27
Arrendatário	49.466	54.183	48.067	37.312	- 12.154	- 24
Parceiro	43.436	37.175	52.960	61.443	18.007	41
Ocupante	42.201	45.619	65.159	79.110	29.909	61

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.07,1975.p.09,1980.p.09,1985.p.09.

Em 1970 e em 1985 a participação dos produtores proprietários(30%) no conjunto dos produtores camponeses é bastante reduzida se comparada com a participação do conjunto dos não proprietários.

Ao longo do período estudado, apenas os arrendatários entre os produtores camponeses não proprietários apresentaram crescimento negativo(24%). Os ocupantes apresentaram o maior crescimento absoluto e relativo, que foi de 29.909 novos estabelecimentos e de 61% respectivamente.

A condição mais precária de dispor da terra é a ocupação, porque é condição não estável, sujeita a contestação e perda de posse. E é exatamente esta condição a que mais proliferou entre os camponeses do Piauí. Os arrendatários, embora produzam em terra alheia, o fazem com conhecimento e permissão do dono.

É justamente os que produzem em terras contestáveis os que se multiplicaram, despontando uma fragilização ampliada do grupamento camponês.

4.4. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição legal das terras.

Tabela 8

área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição legal das terras - 1970, 1975, 1980, 1985.

Área(HA)

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Condição Legal das Terras						
Totais (Geral)	9.606.731	10.523.516	11.162.096	11.828.027	2.221.296	23
Totais(- de 100há)	1.920.300	1.952.004	2.179.075	2.483.379	563.079	29
Próprias	1.495.865	1.517.012	1.622.948	1.921.999	426.134	28
Arrendadas	179.920	157.124	187.773	155.956	- 23.964	- 13
Ocupadas	209.917	195.008	269.984	298.673	88.756	42
Próprias e Arrendadas	14.254	45.015	46.127	46.560	32.306	227
Próprias e Ocupadas	12.258	29.398	37.730	46.765	34.507	281
Arrendadas e Ocupadas	8.086	6.775	11.368	11.153	3.067	38
Próprias, Arrendadas e Ocupadas	...	1.672	3.145	2.273	601	36 *

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.08,09,1975.p.06,07, 1980.p.06,07,1985.p.06,07.

* Consideramos a variação (85- 75)

Esta tabela nos permite ver que a maior parte das terras dos camponeses são propriedades. As terras de não proprietários cresceram em ritmo mais acelerado, porém ainda são pequena fração do total.

A área agregada pelas unidades de produção camponesa em sua grande maioria(77%), em 1970 e em 1985 são de terras próprias. As terras ocupadas, que estão em segundo lugar na ordem decrescente de participação, representam apenas de 10% a 12% do total. E as terras arrendadas participam com aproximadamente 6% a 9%.

As terras próprias e ocupadas apresentaram a maior variação relativa(281%), no período estudado, sendo responsáveis pela inclusão de uma nova área de 34.507ha, ao sub-setor camponês. As terras próprias e arrendadas apresentaram uma variação relativa de 227%. O que nos sugere essa variação, é que sendo o produtor proprietário de uma pequena área, e não tendo condições de adquirir uma área complementar, ocupa terras devolutas do estado, ou mesmo de particulares, com o objetivo de expandir sua lavoura.

A maior variação absoluta(426mil ha), ocorreu nas terras de produtores proprietários representando 75% das terras novas agregadas ao sub-setor camponês. Embora seja significativa a área nova ocupada.

Apenas as áreas arrendadas apresentaram variação negativa.

4.5. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição do produtor.

Tabela 9

A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a condição do produtor - 1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	Área(HA)				Variação (85 - 70)	
	1970	1975	1980	1985	Absoluta	Relativa
Cond. do Produtor						
Totais (Geral)	9.606.731	10.523.516	11.162.096	11.828.027	2.221.296	23
Totais(- de 100ha)	1.920.301	1.952.004	2.179.079	2.483.401	536.100	29
Proprietário	1.522.378	1.593.097	1.709.954	2.017.599	495.221	35
Arrendatário	119.255	95.180	87.234	61.775	- 57.480	- 48
Parceiro	68.751	65.297	106.380	99.296	30.545	44
Ocupante	209.917	198.430	275.511	304.731	94.814	45

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.07,1975.p.09,1980.p.09,1985.p.09.

Da nova área(536mil ha) incorporada pelo sub-setor camponês, 92% foi absorvido pelos proprietários.

Em termos absoluto, entre os não proprietários foram os ocupantes que incorporaram a maior área(94mi ha). Quanto a variação relativa, apenas os arrendatários apresentaram variação negativa(-48%), parceiros(44%) e ocupantes(45%) apresentaram praticamente a mesma variação.

Para os proprietários a área média em 1970 era de aproximadamente 26ha, atingindo 27,66ha em 1985. Entre os não proprietários, para parceiros e arrendatários está próxima de 2ha.E para os ocupantes se aproxima de 4ha. Portanto, a área média difere bastante de produtores proprietários para aqueles que não possuem terra.

A mudança ao longo do período estudado, vai no sentido da formação de um número não muito alto de unidades de produção camponesa com áreas mais extensas, as quais tem como responsáveis pela exploração seus proprietários, e por outro lado surgem um grande número de minúsculas unidades, cujos responsáveis são não proprietários.

4.6. A força de trabalho utilizada por sexo, e distribuída nas diversas categorias.

Tabela 10

A força de trabalho utilizada por sexo, e distribuída nas diversas categorias - 1970, 1975, 1980, 1985.

Pessoal Ocupado

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Pes. Ocupado por Categoria e Sexo						
Totais (Geral)	518.736	613.521	790.326	818.465	299.729	58
Totais(- de 100há)	459.839	545.325	698.204	723.251	263.412	57
Homens	312.609	342.153	462.668	460.257	147.648	47
Mulheres	147.230	203.172	235.536	262.994	115.764	79
Resp. e Membros não remunerados da família	451.125	525.765	618.528	683.267	232.142	51
Emp. em Trabalho Permanente	1.667	1.857	4.302	3.615	1.948	117
Emp. em Trabalho Temporário	4.558	14.621	73.646	34.157	29.599	649
Parceiros	1.581	1.378	964	969	- 612	39
Outra Condição	908	1.704	764	1.243	335	37

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970, p.30,31,32,33,1975, p.34,35,36,37,1980, p.30,31,32,33,1985, p.32,33,34,35.

Nas unidades de produção camponesa, a grande maioria do pessoal ocupado(90%) é constituída pelos responsáveis e membros não remunerados da família, ou em outras palavras pela mão de obra familiar. Ao longo do período estudado, a participação da mão de obra familiar no total do pessoal ocupado, se manteve acima de 90%, com exceção do ano de 1980, no qual caiu para 88%.

Inicialmente a participação dos homens no universo do pessoal ocupado nas unidades de produção camponesa é duas vezes a das mulheres. No entanto ao longo do período a participação feminina cresce. Em 1970 a participação das mulheres e dos homens era de 32% e 67% respectivamente. Já em 1985, a participação da mulheres é de 44%.

Para todas as categorias tivemos variação positiva, com exceção dos parceiros. O que nos confirma a produção camponesa, como grande absorvedora de mão de obra.

Os empregados em trabalho temporário apresentaram a maior variação relativa(649%) no período. Observemos que em 1980, esta categoria apresentou uma elevação bem mais acentuada. Este foi um ano de seca, apresentando-se como um ano atípico e de conjuntura adversa, no qual o produtor camponês muito possivelmente deixou sua unidade produção e foi trabalhar nas frentes de emergência, gerando uma maior rotatividade da mão-de-obra no setor.

4.7. Conclusões Parciais

As duas tabelas(estabelecimentos e área) da estrutura fundiária, nos mostram um processo de concentração de terra. A participação dos extratos no universo da produção camponesa se dá de forma exatamente oposta. Enquanto no número de estabelecimentos as participações maiores se dão nos menores extratos, na área as participações maiores se dão nos estratos de maior extensão.

Ao verificarmos o número de estabelecimentos segundo a condição legal das terras constatamos a maior participação daqueles com terras arrendadas, e a pequena participação dos proprietários. No entanto na área são as terras próprias que apresentam a maior participação, atingindo valores muito altos, já que partiu de uma base bastante alta. Característica esta que se reforça ao longo do período.

Constamos no universo da produção camponesa, um processo de polarização entre proprietários com terras cada vez maiores, e um grande número de não proprietários, prioritariamente ocupantes, com minúsculas unidades.

CAPÍTULO 5

AS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS.

Nesse capítulo queremos obter dados sobre quais as atividades econômicas são mais relevantes para a produção camponesa e o modo como estão sendo desenvolvidas. Essas atividades mudaram ao longo do período?

Como está sendo utilizada sua área agricultável? Em que proporções está sendo dividida entre lavouras permanentes e temporárias? As áreas de matas estão sendo preservadas? E quanto as áreas para pastagens, predominam as naturais ou plantadas?

Ao tratarmos das quantidades produzidas dos principais produtos da lavoura temporária, bem como da área plantada, estabelecemos comparações dessas variáveis no âmbito da produção camponesa com a produção de todo o Piauí, pela importância que isso significa. Mantendo o mesmo procedimento, para a lavoura permanente(algodão arbóreo). Destacando o quanto a produção camponesa é relevante no conjunto da produção estadual.

Analisamos a produtividade da produção camponesa, nos principais produtos(algodão, arroz, feijão, milho e mandioca) da sua lavoura temporária.

Fizemos ainda levantamento da quantidade produzida da cera e do mel de abelha, efetivos da pecuária e do destino da produção.

5.1. A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a utilização das terras.

Tabela 11

A área agregada pelo sub-setor camponês, segundo a utilização das terras - 1970, 1975, 1980, 1985.

Área(HA)

Utilização das Terras	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Totais (Geral)	9.606.731	10.523.516	11.162.097	11.828.027	2.221.296	23
Totais(- de 100ha)	1.822.600	1.850.952	2.044.002	2.356.635	534.035	29
Lavouras						
Permanentes	96.475	99.406	141.521	133.022	33.547	35
Temporárias	338.043	414.840	544.637	537.142	149.099	38
Pastagens						
Naturais	426.213	474.089	359.810	452.311	26.098	6
Plantadas	20.020	24.186	25.787	40.487	20.267	100
Matas e Florestas	457.095	325.784	315.188	510.615	53.520	12
Terras em Descanso e						
Terras Produtivas	434.554	512.647	657.059	686.058	251.504	58
não Utilizadas						

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.14,15,1975.p.20,21,1980.p.26,27,1985.p.28,29.

* Matas e Florestas: Naturais + Plantadas

As terras utilizadas por todo o setor agropecuário piauiense apresentaram um aumento de 23% ao longo do período estudado. Do total(2.221.296ha) das novas terras agrupadas 24% foram absorvidos pela produção camponesa.

No universo da produção camponesa o crescimento registrado(29%) foi superior àquele do estado, e a área utilizada pelo sub-setor camponês está sempre acima de 90% em todo o período estudado.

Em 1970, as terras foram utilizadas pelo sub-setor camponês da seguinte forma: matas e florestas(25%), terras em descanso e terras produtivas não utilizadas(24%), pastagens

naturais(23%), lavouras temporárias(21%), lavouras permanentes(5%), e com pastagens plantadas apenas 1% do total. Tivemos algumas alterações no final do período. Temos agora então, terras em descanso e terras produtivas não utilizadas(29%), lavouras temporárias(23%), matas e florestas(22%), e pastagens naturais(19%).

Considerando-se a evolução ao longo do período das quatro formas de utilização das terras, teremos para a área de lavoura uma evolução de 38%, para pastagens(10%), matas e florestas(12%) e por último terras em descanso com 58%.

O fato das áreas destinadas às lavouras temporárias terem uma participação bem maior do que aquelas destinadas às lavouras permanentes é compreensível, visto que entre as culturas temporárias estão o arroz, o feijão, o milho, e a mandioca, produtos estes que têm um peso elevado na alimentação dos produtores.

Dos 534.035ha agregados ao sub-setor camponês, 47% foram absorvidos por terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, sendo a maior variação absoluta(251mil ha) do período. Em seguida temos lavouras temporárias(149mil ha), representando 28% de toda variação. A grande participação das terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, fica compreensível quando atentamos para a forma como é desenvolvida a agricultura camponesa, isto é, ela é desenvolvida dentro de um ciclo. A terra que hoje é utilizada para a lavoura, posteriormente servirá para pastagem e em seguida será posta em descanso para que futuramente possa ser reaproveitada pela lavoura, até que seja abandonada em virtude do esgotamento.

Nas terras utilizadas com pastagens plantadas tivemos a maior variação relativa(100%), do período. Em 1970, foram plantados com pastagens 20.220ha, por isso que embora a variação tenha sido grande, o valor alcançado(40mil ha) ainda é baixo se comparado com o tamanho das áreas destinadas às outras finalidades. No entanto, o fato nos aponta para o desenvolvimento de uma pecuária intensiva, sobretudo se atentarmos para a estagnação dos pastos nativos.

O crescimento pouco significativo das matas caracteriza a incorporação das terras virgens à produção.

Somando-se as áreas utilizadas para lavouras permanentes e temporárias e aquelas destinadas às pastagens naturais e plantadas, obtemos 50% das terras utilizadas. Consideramos esse nível de aproveitamento muito baixo, o que nos faz pensar em atividades, sobretudo a agricultura, sendo desenvolvida de forma muito rudimentar, onde os recursos naturais são os únicos que contam. Portanto, é imprescindível que se entenda o ciclo de funcionamento da agricultura camponesa, para compreendermos esse nível de aproveitamento nas terras utilizadas.

5.2. O número de estabelecimentos camponeses segundo a atividade econômica.

Tabela 12

O número de estabelecimentos camponeses segundo a atividade econômica - 1970, 1975, 1980, 1985.

Estabelecimentos

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
A. Econômica						
Totais (Geral)	217.886	216.704	249.129	270.443	52.557	24
Totais(- de 100ha)	199.118	199.066	230.407	250.797	51.679	26
Agricultura e	172.573	180.733	159.421	125.859	- 46.714	- 27
Agropecuária						
Pecuária	21.858	13.884	60.805	116.867	95.009	435
Horticultura e	25	10	92	153	128	512
Floricultura						
Silvicultura	—	02	02	01	- 01	- 50 *
Avicultura	65	333	705	1.725	1.660	2.554
Apicultura/Cunicultura/Sericicultura	—	02	77	287	285	14.250 *
Extração Vegetal	4.597	4.102	9.305	5.905	1.308	28

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.18,19,1975.p.14,15,1980.p.20,21,1985.p.22,23.

*Consideramos a variação(85 - 75)

Nas unidades de produção camponesa, a grande maioria dos estabelecimentos se dedica à agricultura e a pecuária.

Para todas as atividades agropecuárias desenvolvidas tivemos variação positiva, com exceção da agricultura, que apresentou variação negativa(27%), embora continue sendo a atividade que engloba o maior número de estabelecimentos.

A pecuária por sua vez, apresentou uma variação relativa positiva(435%) ao longo do período estudado, sendo que de 1975 para 1980 apresentou uma variação de mais de 300%. A variação absoluta(95mil estabelecimentos), foi a maior ao longo do período.

Na apicultura/cunicultura/sericicultura tivemos a maior variação relativa(14.250%), seguida da avicultura(2.554%) e a menor(28%) ocorreu na extração vegetal.

A grande mudança foi a perda de importância da agricultura e a enorme ampliação dos estabelecimentos que dependem da pecuária. E o surgimento de novas atividades como a apicultura e a avicultura.

5.3. A área agregada pelo sub-setor camponês segundo a atividade econômica.

Tabela 13

A área agregada pelo sub-setor camponês segundo a atividade econômica - 1970, 1975, 1980, 1985.

Área (HA)

A. Econômica	Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
						Absoluta	Relativa
Totais (Geral)		9.606.731	10.523.517	11.162.097	11.828.027	2.221.296	23
Totais(- de 100ha)		1.917.405	1.952.604	2.179.062	2.483.363	520.958	27
Agricultura	e	1.446.187	1.555.821	1.188.625	1.394.119	- 52.068	- 4
Agropecuária							
Pecuária		338.517	271.755	895.193	993.525	665.008	193
Horticultura	e	09	60	259	345	336	3.733
Floricultura							
Silvicultura		—	07	02	13	06	86*
Avicultura		305	1.972	7.137	15.638	15.333	5.027
Apicultura/Cunicultura/Sericicultura		—	03	483	1.874	1.871	62.367*
Extração Vegetal		132.387	122.986	87.363	77.849	- 54.538	41

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.18,19,1975.p.14,15,1980.p.20,21,1985.p.22.23.

* Consideramos a variação (85 - 75)

Semelhante ao que aconteceu com o número de estabelecimentos, com relação a área nova(520mil ha) agregada pela produção camponesa nas diversas atividades agropecuárias, predominam as atividades de agricultura e pecuária.

A agricultura ocupa pelo menos 50% da área total ao longo do período. Semelhante ocorreu com o número de estabelecimentos dedicados a agricultura, que sofreu uma queda, a área também passou por uma redução(- 4%).

A área destinada à extração vegetal também sofreu redução(41%), representando 54mil ha a menos para essa atividade.

Na apicultura/cunicultura/sericicultura tivemos a maior variação relativa(62.367%),seguida da avicultura(5.027%).

A agricultura apresentou um aumento do número de estabelecimentos envolvidos de 1970 para 1975, apresentando queda nos anos seguintes. Na área absorvida por essa atividade, tivemos comportamento semelhante, porém com uma pequena recuperação em 1985. Em decorrência, tivemos crescimento da área média por estabelecimento, que passou de 8,38ha em 1970 para 11,07ha em 1985, pois como podemos vê a variação ao longo do período foi negativa para a área e também para o número de estabelecimentos, sendo bem superior para este último.

Na pecuária ocorreu um aumento no número de estabelecimentos bem superior àquele que se deu na área. Como consequência do crescimento inferior da área, tivemos uma queda da área média por estabelecimento, passando de 15,48ha para 8,50ha de 1970 para 1985.

5.4. Grupo de área de lavouras agrupada por faixa de tamanho.

Tabela 14

Grupo de área de lavouras agrupada por faixa de tamanho - 1970, 1975, 1980, 1985.
Estabelecimentos

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Gr. de Área de Lavouras						
Totais (Geral)	207.105	211.548	244.233	264.694	57.589	28
Totais(- de 100ha)	193.520	196.539	227.990	247.747	54.227	28
Menos de 1ha	51.603	46.950	53.911	67.961	16.358	32
1 a Menos de 2ha	63.001	61.991	65.809	71.405	8.404	13
2 a Menos de 5ha	55.325	62.742	70.860	75.342	20.017	36
5 a Menos de 10ha	15.718	17.366	24.463	22.327	6.609	42
10 a Menos de 20ha	6.119	6.061	9.932	8.594	2.475	40
20 a Menos de 50ha	1.708	1.366	2.882	2.029	321	19
50 a Menos de 100ha	46	63	133	89	43	93

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.22,23,1975.p.18,19,1980.p.24,25,1985.p.26,27.

A participação das áreas de lavouras do sub-setor camponês no universo global é de 93% no período estudado. De onde concluímos, que a participação da produção camponesa é bastante significativa.

A ordem de participação de cada estrato de um quinquênio para outro praticamente não difere.

Desde 1975 a faixa entre 2 e menos de 5ha é a mais importante, seguida da faixa entre 1 e 2ha e depois a de menos de 1ha.

Apenas em 1970, a primeira participação é do estrato " de 1 a menos de 2ha" com 63mil estabelecimentos que representam 32,55% do total. Em 1975, 1980 e 1985 a primeira

participação é do estrato "de 2 a menos de 5ha" com 31,92%, 31,08%, e 30,41% respectivamente. A moda passa do estrato "de 1 a menos de 2ha" para o "de 2 a menos de 5ha. Aqui também, nós temos os menores estratos com as maiores participações.

5.5. Área Plantada da lavoura temporária

Tabela 15
Área Plantada(HA) - 1970, 1975, 1980, 1985.
Gr. - 100ha

Ano Produto	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Algodão Herbáceo	10.734	25.978	15.244	142
Arroz em Casca	77.456	112.629	107.134	129.694	55.238	67
Feijão em Grão	116.276	135.643	138.928	182.755	66.479	57
Mandioca	37.053	32.475	20.931	31.872	- 5.181	- 14
Milho em Grão	131.871	200.308	158.487	245.599	113.728	86
Cana-de-Açúcar	7.594	...	2.812	2.634	-4.960	-65

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.86,90,92,94,96,98,1975.p.90,92,94,96,1980.p.100,102,104,106,108,1985.p.98,100,102,104,106,108. Convenção ... O dado não está disponível.

Tabela 16
Área Plantada(HA) - 1970, 1975, 1980, 1985.
Piauí

Ano Produto	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Algodão Herbáceo	12.797	36.149	23.642	185
Arroz em Casca	88.807	141.832	130.876	161.961	73.154	82
Feijão em Grão	135.287	161.943	160.518	218.868	83.581	62
Mandioca	43.930	38.289	25.769	39.979	- 3.951	- 9
Milho em Grão	152.382	237.462	189.331	304.990	152.608	100
Cana-de-Açúcar	11.665	...	5.701	7.640	-4.025	-34

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.86,90,92,94,96,98,1975,1980,100,102,104,106,108,1985.p.98,100,102,104,106,108.

Na produção camponesa como também na estadual, a área plantada apresentou variações positivas, com exceção da área plantada com mandioca que apresentou queda de 14% e 9%, e da cana-de-açúcar que também apresentou queda de 65% e 34% respectivamente.

O comportamento da área plantada foi semelhante para a produção camponesa e para a estadual.

Em 1975 tivemos crescimento, com exceção da área plantada com mandioca em todo o estado, que sofreu uma redução(13%), com relação ao quinquênio imediatamente anterior. Em 1980, um ano de seca, tivemos redução da área para todos os produtos na produção estadual, no sub-setor camponês apenas o feijão apresentou um pequeno crescimento(2%), para os demais produtos a área foi reduzida. Em 1985 com relação a 1980, tivemos uma variação positiva. A área plantada com mandioca apresentou crescimento de mais de 50%, na produção camponesa e também na estadual.

Na área plantada a produção camponesa tem uma grande participação, representando pelo menos 80% da área total plantada no estado, excluindo-se o algodão que em 1985 tem uma participação de 70%.

5.5.1. As quantidades produzidas da lavoura temporária.

Tabela 17
Quantidades Produzidas (T) - 1970, 1975, 1980, 1985.
Gr. - 100ha

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação (85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Produto						
Algodão Herbáceo	1.773	10.098	8.325	469
Arroz em Casca	47.486	116.326	72.715	121.969	74.483	157
Feijão em Grão	22.866	37.317	31.271	44.127	21.261	93
Mandioca	155.278	186.259	121.839	171.761	16.483	11
Milho em Grão	52.727	111.935	65.058	141.268	88.541	168
Cana-de-Açúcar	127.328	...	55.626	84.048	-43.280	-34

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos 1970.p.86,90,92,94,96,98,1975.p.90,92,94,96,1980.p.100,102,104,106,108,1985.p.98,100,102,104,106,108. Convenção ... O dado não está disponível.

Agropecuários

Tabela 18
Quantidades Produzidas(T) - 1970, 1975, 1980, 1985.

Piauí

Ano Produto	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Algodão Herbáceo	2.148	14.865	12.717	592
Arroz em Casca	54.895	133.528	87.995	153.434	98.539	179
Feijão em Grão	26.427	44.038	36.141	52.698	26.271	99
Mandioca	185.301	222.612	153.728	213.206	27.905	15
Milho em Grão	60.753	131.035	77.412	179.245	118.492	195
Cana-de-Açúcar	200.713	...	133.207	313.293	110.580	54

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.86,90,92,94,96,98,1975.p.90,92,94,96,1980.p.100,102,104,106,108,1985.p.98,100,102,104,106,108. Convenção ... O dado não está disponível.

A variação relativa da produção estadual ficou acima daquela que ocorreu na produção camponesa. A maior variação relativa do período ocorreu no algodão, sendo que na produção camponesa foi de 469%, e no estado de 592%.

A produção camponesa e a estadual apresentaram comportamento compatível. Isto é, crescimento em 1975, seguida de queda em 1980, com níveis de recuperação em 1985 variando de produto para produto.

Na produção camponesa, o arroz apresentou uma variação de 68% em 1985 sobre a produção de 1980, mantendo-se nos patamares de 1975. Feijão e mandioca apresentaram uma variação de aproximadamente 40% em 1985 sobre a de 1980, retomando também a produção de 1975. Somente o milho que dobrou a produção em 1985 com relação a de 1980, superou em 26% a de 1975.

A produção camponesa representa no início e no final do período estudado, pelo menos 80% da produção do estado. Essa afirmação é válida para todos os produtos, exclusive o algodão que em 1985 representou 68% do total, e cana-de-açúcar que inicialmente atingiu 64%, apresentando um saldo negativo no final do período.

5.5.2. Produtividade dos principais produtos da lavoura temporária

Tabela 19
Produtividade(T/ha) - 1970, 1975, 1980, 1985.
Gr. - 100ha

Ano	1970	1975	1980	1985
Produto				
Algodão Herbáceo	0,16	0,38
Arroz em Casca	0,61	0,94	0,67	0,94
Feijão em Grão	0,19	0,27	0,22	0,24
Mandioca	4,19	5,73	5,82	5,38
Milho em Grão	0,39	0,55	0,41	0,57

Derivada da tab. 15 e 17.

Os produtos apresentaram produtividade crescente, sendo exceção o ano de 1980, no qual temos queda para todos os produtos, excluindo-se a mandioca. Creditamos essa queda, ao fato de que 1980 foi um ano de seca, como já dissemos anteriormente.

A mandioca apresentou a maior produtividade durante todo o período estudado, sendo de 4,19t/ha e 5,38t/ha em 1970 e 1985 respectivamente. Em segundo lugar temos o arroz com uma produtividade bem mais baixa.

Portanto, o aumento das quantidades produzidas deu-se também em função da produtividade. Se transformarmos os valores da produtividade de tonelada para quilograma e verificarmos a variação relativa de 1970 para 1985 visualizaremos melhor esse aumento.

Tabela 20
Produtividade(Kg/ha) - 1970, 1985.

Ano	1970	1985	Varição (85 - 70) %
Produto			
Algodão	160	380	137
Arroz em Casca	630	940	54
Feijão em Grão	190	240	26
Mandioca	4.190	5.380	28
Milho em Grão	390	570	46

Derivada da tab. 19.

De maneira geral toda a lavoura temporária aumentou bastante a produtividade. Mas, se pode perceber três faixas de aumento. A maior delas com 137% de aumento de produtividade coube ao algodão. Em segundo plano crescem perto de 50% de produtividade o arroz e o milho. Por último crescem em torno de 27% a produtividade do feijão e da mandioca.

É importante que aqui façamos uma ressalva. Esse aumento muito grande da produtividade de 1970 para 1985, pode está superdimensionado pelo fato de que 1970 foi um ano de seca e 1985 foi um ano de condições pluviométricas mais favoráveis. Portanto para sermos mais realistas devemos estabelecer comparações dos valores de 1970 com aqueles de 1980, e os de 1975 com os de 1985. Então veremos que o aumento de produtividade é pequeno.

5.5.3. Área plantada da lavoura permanente

Tabela 21
Área Plantada(HA) - 1970, 1975, 1980, 1985.
Algodão Arbóreo

Produto	Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
						Absoluta	Relativa
Algodão Arbóreo							
Piauí	...		108.851	143.698	97.345	-11.506	-10
Gr. - de 100ha	...		73.398	94.181	64.950	- 8.448	-11

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1975.p.82,1980.p.90,1985.p.138.

O algodão arbóreo apresentou uma variação negativa de 10% para a produção camponesa, e de 11% para o Piauí. A participação da área camponesa de algodão no universo global está acima de 60%. Em 1980 apresentou crescimento com relação ao quinquênio imediatamente anterior de 28% na produção camponesa e de 32% para o Piauí. No entanto de 1980 a 1985 apresentou queda que anulou o crescimento anterior, tanto na produção camponesa(-31%) como também para o Piauí(-35%).

5.5.4. As quantidades produzidas da lavoura permanente

Tabela 22
Quantidade Produzida(T) - 1970, 1975, 1980, 1985.

Algodão Arbóreo

Produto	Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
						Absoluta	Relativa
Algodão Arbóreo							
Piauí	...	20.287	14.083	24.344	4.057	20	
Gr. - de 100ha	...	14.346	10.139	16.869	2.553	17	

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1975.p.82,1980.p.90,1985.p.138.

As quantidades produzidas do algodão arbóreo tiveram crescimento aproximado para o Sub-Setor camponês(17%) e para o Piauí(20%).

Ambos apresentaram queda em 1980 de aproximadamente 30% com relação ao quinquênio imediatamente anterior. E em 1985 tiveram uma grande recuperação superando a produção inicial.

5.6. Produção de Origem Animal

Tabela 23
Quantidade Produzida(T) - 1970, 1985.

Mel de Abelha

Produto	Ano	1970	1985	Variação(85 - 70)	
				Absoluta	Relativa
Mel de Abelha					
Piauí		68	1.263	1.195	1.757
Gr. - de 100ha		63	1.138	1.075	1.706

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970,p.81, 1985.p.95.

Tabela 24
Quantidade Produzida(T) - 1970, 1985.

Cera de Abelha

Produto	Ano	1970	1985	Variação(85 - 70)	
				Absoluta	Relativa
Cera de Abelha					
Piauí		8.851	806	-8.045	-91
Gr. - de 100ha		8.365	748	-7.617	-91

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970,p.81, 1985.p.95.

A produção de mel e cera de abelha do Sub-Setor camponês tem uma participação muito grande na produção estadual.

Para o mel temos uma participação de 93% e 90% para 1970 e 1985 respectivamente. A cera tem uma participação em 1970(99%) e em 1985(93%).

Tivemos um crescimento espetacular na produção de mel ao longo do período. Com redução bem inferior da produção de cera.

Mudanças que ocorreram muito provavelmente em função da demanda.

A tab. 23 é compatível com a tab. 12 e 13 que nos mostram aumentos do número de estabelecimentos dedicados e da área destinada à apicultura/cunicultura/sericicultura.

Acreditamos que a maior parte desse aumento deu-se na apicultura.

5.7. Efetivos da pecuária

Tabela 25

Total de Cabeças - 1970, 1975, 1980, 1985.

Gr. - de 100ha

Animal	Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
						Absoluta	Relativa
Eqüinos		102.840	...	91.805	80.299	-22.541	-22
Asininos		203.755	144.881	-58.874	-29
Muare		32.691	25.250	- 7.441	-23
Bovinos		536.438	539.585	609.789	596.590	60.152	11
Ovinos		473.699	...	649.717	639.748	166.049	35
Caprinos		819.975	954.892	1.245.603	1.237.783	453.808	55
Suínos		1.016.438	1.591.010	1.072.553	1.277.122	260.684	26

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.61,62,66,67,1975.p.60,64,65,1980.p.62,66,67,68,69,1985.p.66,72,73,74,75,76.

Tabela 26

Total de Cabeças - 1970, 1975, 1980, 1985.

Piauí

Animal	Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85- 70)	
						Absoluta	Relativa
Eqüinos		163.881	...	157.076	142.191	-21.690	-13
Asininos		257.755	186.680	-71.075	-27
Muare		48.812	28.234	-20.578	-42
Bovinos		1.195.447	1.330.686	1.555.796	1.588.208	392.761	33
Ovinos		742.826	..	1.031.655	1.063.401	320.575	43
Caprinos		1.121.849	1.313.429	1.747.436	1.887.477	765.598	68
Suínos		1.194.526	1.861.079	...	1.476.047	281.521	23

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.61,62,66,67,1975.p.60,64,65,1980.p.62,66,67,68,69,1985.p.66,72,73,74,75,76.

As tab.25 e 26 nos mostram que o número de animais é elevado e que a participação do Sub-Setor camponês no estado é bastante significativa.

Somando-se o número de eqüinos, asininos e muare, a participação é da ordem de 70% no início e no final do período estudado. Para o rebanho bovino a participação é bem menor e

decrecente. Sendo de 45% em 1970 e reduzindo-se para 37% em 1985. A participação no início e no final do período é de aproximadamente de 85% para os suínos, ovinos(60%) e para os caprinos em 1970(73%) e em 1985(67%).

O que nós vemos portanto é que o rebanho do Sub-Setor camponês é maior, e tem conseqüentemente uma maior participação no rebanho do estado, no caso dos animais que necessitam de menos gasto com alimentação. Estão neste caso os eqüinos, muares e asininos gado bovino requer mais recursos para alimentação e trato dos animais, sendo necessário área de pasto, sobretudo nos períodos de seca. Por isso mesmo temos um crescimento do rebanho bovino no estado bem superior àquele do Sub-Setor camponês.

O crescimento do rebanho bovino(11%), ovinos(35%), e caprinos(56%) vai ao encontro daquele ocorrido no número de estabelecimentos dedicados(tab. 12) e da área(tab.13) destinada à pecuária.

O número de eqüinos, asininos e muares apresentou variação negativa para o Piauí e para o Sub-Setor camponês. No conjunto os três grupos apresentaram queda de 26%. Essa queda talvez ocorra por mudanças introduzidas nas formas de deslocamento das pessoas e transporte dos produtos.

Sendo que para os eqüinos na produção camponesa a queda foi quase o dobro da que ocorreu em todo o estado. Para os asininos a variação negativa foi praticamente nas mesmas proporções. Já para os muares a variação negativa que ocorreu no estado superou em dezenove pontos percentuais a ocorrida na produção camponesa.

Os suínos, ovinos e caprinos são animais criados com dois objetivos pelos camponeses, o da alimentação, e também o comercial. São animais de pequeno porte que se desenvolvem em pequenas áreas. No entanto o crescimento mais ou menos aproximado do rebanho desses animais para o Piauí e para o Sub-Setor camponês, nos demonstra a importância desses animais na agropecuária piauiense. Em outras palavras não apenas o camponês se dedica à criação desses animais.

5.8. Comercialização da produção agrícola

O destino da produção não foi mostrado nas tabelas com grupos de área total, dificultando o conhecimento de qual percentual da produção do Sub-Setor camponês foi comercializado.

Como a participação da produção camponesa na produção estadual é de no mínimo 80%, entendemos que podemos deduzir o percentual de comercialização da produção camponesa a partir do percentual de comercialização da produção estadual, embora saibamos que estamos fazendo uma aproximação por não dispormos dos dados.

Tabela 27
Comercialização - 1975, 1985.

Participação Relativa

Produto	Ano	1975	1985
Arroz em Casca		64	45
Feijão		54	51
Mandioca		53	46
Milho		46	56

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E Estatística, Censos Agropecuários 1975.p.98,100,102,104,1985.p.112,116,118,120.

Temos aproximadamente metade da produção comercializada.

Para o arroz, feijão e mandioca temos queda no percentual de participação, muito provavelmente pelo aumento do consumo no interior dos estabelecimentos, em decorrência do aumento do número de pessoas.

Para o milho tivemos uma elevação de dez pontos percentuais

5.9. Conclusões Parciais

As áreas camponesas vem crescendo. Porém, como a parcela não explorada produtivamente, a de matas e florestas é a que menos cresce, podemos deduzir que tendencialmente as terras vão se tornando cada vez mais rarefeitas, o que obriga a usá-la mais completamente.

A participação com queda de matas e florestas, em 1970(25%), 1975(19%), 1980(15%) e 1985(22%), nos aponta que embora os estabelecimentos camponeses tenham expandido sua área, inclusive a utilizável, a qualidade da terra agregada muito possivelmente vem caindo, obrigando a redução da área de matas e florestas, intensificando o uso da terra e conseqüentemente o aumento das terras em descanso.

O grande avanço das terras em descanso pode significar a manutenção de sistemas de produção muito arcaicos que esgotam, sem renovação, a fertilidade natural dos solos. Por isso esse paralelismo no crescimento da área agrícola com a área em descanso.

A queda no número de pequenos estabelecimentos agrícolas, e o grande aumento daqueles que se dedicam à pecuária, pode nos indicar a anexação a outros menores, convertendo-os em estabelecimentos médios dedicados à pecuária.

O pequeno avanço das áreas de pasto indicam uma intensificação da pecuária que tanto é expressa pelo grande crescimento dos pastos plantados, quanto esta via de crescimento da pecuária deve ter ligação com o fato de que muitos pequenos camponeses terem passado a ter nesta atividade sua principal fonte de recursos. Esta última afirmação pode também ser deduzida do fato de que são raro os estabelecimentos que tem mais de 10ha plantados, pois nos estabelecimentos camponeses predominam áreas de lavouras bastante reduzidas. Assim parece que a agricultura camponesa é interessante até certo tamanho, depois do qual não vale a pena, sendo mais lucrativo a criação de gado. Por isso é que depois de um patamar que deve ser de 5ha plantados, os agricultores mais "ricos" passam a ter a pecuária como atividade principal.

Os números da tab. 14 parecem indicar que os camponeses, podendo tentam plantar uma área entre 2 e 5ha. Isso pode ser visto quando o número de estabelecimentos vai crescendo de faixa de área cultivada até atingir seu máximo entre 2 e 5ha. Depois disso caiu significativamente.

Comparando-se as tab. 14 e 4 pode-se ver que até a faixa de 2 a menos de 5ha plantados, o número de estabelecimentos que planta é sempre bem maior que o total de estabelecimentos daquela faixa de tamanho total. Na faixa seguinte, de 5 a menos de 10ha, esse comportamento se mantém, porém em proporções bem menores. Depois dessa faixa de área plantada, sempre o número total de estabelecimentos é muito maior que aqueles que plantam naquela extensão.

A participação da produção camponesa(de arroz, feijão, milho e mandioca) na produção estadual, no início e no final do período estudado é no mínimo de 80%, confirmando a importância do sub-setor camponês, como produtor de alimentos.

Tivemos aumentos na produção da lavoura temporária e lavoura permanente. Convém ressaltar que o aumento ocorrido na produção, deu-se não apenas com aumento da área plantada, mas também com aumento da produtividade.

Quanto aos produtos de origem animal, temos o mel de abelha que apresentou enorme crescimento(1.706%). Demonstrando o surgimento ou mesmo o fortalecimento de novas atividades comerciais.

A participação dos efetivos da pecuária do Sub-Setor camponês no rebanho estadual é significativa, sobretudo dos animais que necessitam de áreas menores para pasto.

Por não dispormos de dados quanto à comercialização dos produtos agrícolas do Sub-Setor camponês, fizemos uma dedução aproximada a partir dos dados para todo o estado. O que nos dá um percentual de comercialização de aproximadamente 50% da produção.

CAPÍTULO 6

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DO SUB-SETOR CAMPONÊS

Neste capítulo desejamos saber qual a proporção de uso da força humana e mecânica na produção agropecuária camponesa e no Piauí. Por quais mudanças passaram as forças produtivas no período? Foram significativas? A produção camponesa está fazendo uso de insumos industrializados? A evolução do percentual de despesas demonstra alterações?

6.1. Uso de Força

Tabela 28

Uso da força animal e mecânica - 1970, 1975, 1980, 1985.

Estabelecimentos

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85-70)	
					Absoluta	Relativa
Emprego de Força						
Piauí						
Animal	16.591	24.524	44.429	50.855	34.264	206
Mecânica	1.180	9.704	25.843	24.427	23.247	1.970
Grupo(- de 100ha)						
Animal	14.782	21.538	40.356	46.037	31.255	211
Mecânica	1.000	8.826	22.624	21.521	20.521	2.052

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.43,1975.p.27,1980.p.14,1985.p.14.

O uso da força animal e mecânica apresentou aumento para o Piauí e também para a produção camponesa, muito superior ao crescimento do número de estabelecimentos, da área, do pessoal ocupado, da área agrícola, da produtividade, de tudo enfim.

Podemos observar que o uso da força animal aumentou num patamar muito próximo para o Piauí(206%) e para a produção camponesa(211%).

No entanto o crescimento do uso da força mecânica foi espetacular, sendo de 1.970% para o Piauí, e para a produção camponesa foi ainda superior(2.052%).

Porém a participação dos estabelecimentos que fazem uso da força animal e mecânica no universo global dos estabelecimentos é muito reduzida. Para o Piauí os estabelecimentos que fazem uso da força animal representam em 1970(7,6%) do número total de estabelecimentos, e em 1985(18,8%). Quanto ao uso da força mecânica apenas 0,5% dos estabelecimentos em 1970, e em 1985(9%).

Para o Sub-Sector camponês essa participação é praticamente a mesma. Os estabelecimentos que fazem uso da força animal em 1970 representam(7,4%) de todos os estabelecimentos camponeses. Em 1985 esse percentual é de 18,3%. A utilização da força mecânica em 1970 também se restringe a 0,5% do total, e em 1985 é de 8,58%.

Em decorrência disso embora tenham ocorrido variações relativas bastante altas para a força animal e variações relativas espetaculares os números finais ainda são baixos visto que partiram de valores diminutos.

6.2. Uso de máquinas(tratores e arados)

Tabela 29

Uso de tratores e arados - 1970, 1975, 1980, 1985.

Estabelecimentos

Ano Máqu. e Instrumentos	1970	1975	1980	1985	Variação (85- 70)	
					Absoluta	Relativa
Totais(Geral)	10.094	15.300	24.933	32.814	22.720	225
Totais(- de 100ha)	7.934	11.736	18.399	24.018	16.084	203
Arados	7.868	11.660	18.070	23.682	15.814	201
de Tração Animal	7.803	11.590	17.839	23.445	15.692	201
de Tração Mecânica	65	70	231	237	172	265
Tratores	66	76	329	336	270	409

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.44,45,1975.p.28,29,1980.p.40,41,1985.p.42,43.

Ao longo do período estudado tivemos um aumento do número de máquinas(tratores e arados) em todo o estado de 225%, e no sub-setor camponês o aumento foi de 203%.

Se verificarmos cada ano individualmente, veremos que em todos eles o aumento em sua maior parte ocorreu nas unidades de produção camponesa. Em 1975 tivemos um aumento de 5.206 unidades de máquinas(tratores e arados), desse total 73% foram adquiridos por produtores camponeses. Em 1980 esse percentual foi de 69% e em 1985 de 71%. Estamos nos referindo ao percentual de cada quinquênio, com relação ao imediatamente anterior.

O número de arados é bem maior do que o de tratores, como podemos verificar. E entre os arados, os de tração animal são predominantes. Embora, os de tração mecânica tenham apresentado uma variação relativa superior, ao longo do período estudado, ainda são um número bastante reduzido.

O número reduzido de tratores e arados na produção camponesa e no estado, é um indicador de uma agricultura de baixa produtividade, pois os produtores dispõem muito mais tempo para realizar uma tarefa, ficando impossibilitados de competir com outros produtores.

Essa situação fica bastante evidenciada se estabelecermos uma relação entre o número de estabelecimentos e o número de máquinas. Senão vejamos:

Tabela 30

Estabelecimentos/Arado/Trator - 1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	1970	1975	1980	1985
Estabelecimentos/Arado(Tração Animal)	25	17	13	11
Estabelecimentos/Arado(Tração Mecânica)	3.065	2.894	999	1.058
Estabelecimentos/Trator	3.019	2.619	701	746

Derivada da tab. 22

Em 1970 temos um arado de tração animal para 25 estabelecimentos. Ao longo do período temos uma tendência de crescimento do número de arados de tração animal, e em 1985 temos um arado para um grupo de 11 estabelecimentos, considerando-se o número total de estabelecimentos camponeses. Portanto, tivemos uma melhora. A relação caiu para mais da metade.

Com o arado de tração mecânica também tivemos uma melhora na relação entre o número de arados e o de estabelecimentos, não se deu entretanto de forma linear.

De 1970 a 1980 o comportamento da relação é positivo. Inicialmente temos um arado para um grupo de 3.065 estabelecimentos. Em 1980 a relação é de um arado, para 999 estabelecimentos.

No entanto de 1980 a 1985 temos um retrocesso, já que no último quinquênio temos um arado para um grupo de 1.058 estabelecimentos.

Ao longo de todo o período a relação do número de arados de tração mecânica com o número total de estabelecimentos camponeses é positiva, visto que temos uma queda de 65%.

Com relação ao número de tratores temos comportamento semelhante com o daquele apresentado pelos arados de tração mecânica. Temos um comportamento positivo de 1970 a 1980. Em 1970 a relação é de um trator para 3.019 estabelecimentos, e em 1980 é de um trator para 701 estabelecimentos. De 1980 a 1985 a relação apresenta uma elevação, sendo então de um trator para 746 estabelecimentos.

Ao longo do período a relação do número de tratores com o número total de estabelecimentos camponeses sofreu uma queda de 75%, sendo superior àquela apresentada na relação do número de arados mecânicos e total de estabelecimentos.

6.3. Uso de fertilizantes

Tabela 31

Uso de fertilizantes químicos e orgânicos - 1970, 1975, 1980, 1985.

Estabelecimentos

Ano	1970	1975	1980	1985	Variação(85 - 70)	
					Absoluta	Relativa
Adubos						
Piauí						
Químicos	139	1.200	292	2.489	2.350	1.690
Orgânicos	3.680	2.811	4.292	4.997	1.317	36
Grupo(- de 100ha)						
Químicos	108	1.059	1.960	2.075	1.967	1.821
Orgânicos	3.353	2.487	3.639	4.057	704	21

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.43, 1975.p.26, 1980.p.16, 1985.p.16.

O número de estabelecimentos que fazem uso de adubos químicos e orgânicos apresentou variação positiva, no Piauí e na produção camponesa.

Comparando-se o crescimento dos dois, temos um crescimento pequeno, ou mesmo ínfimo do uso de adubos orgânicos, e um crescimento espetacular do uso de adubos químicos. Embora individualmente o crescimento do uso de adubos orgânicos não possa ser desprezado.

Para o Piauí o crescimento de adubos químicos foi de 1.690%, para a produção camponesa foi ainda superior(1.821%). Quanto ao uso de adubos orgânicos foi de 36% e de 21%, para o Piauí e para a produção camponesa respectivamente.

No entanto essas variações relativas tão elevadas partiram de valores ínfimos. O número de estabelecimentos camponeses como também o número total no estado que fazem uso de adubos químicos em 1970 é nulo se comparado com o número total de estabelecimentos. Em 1985 temos o mesmo percentual(0,82%) para as explorações camponeses e para as não camponesas.

Para o uso de adubos orgânicos a participação é em 1970(1,68%) e em 1985(1,61%) para a produção camponesa, e para todo o estado é de 1,68% e 1,84% respectivamente.

O uso de adubos químicos não atinge sequer 1% do total de estabelecimentos no início e no final do período. E o uso de orgânicos está restrito a menos de 2% do total de estabelecimentos.

O uso portanto não difere nos estabelecimentos camponeses e nos não camponeses.

Na evolução do percentual de despesas (tab. 32) temos "adubos e corretivos" com uma participação muito baixa e decrescente.

6.4. Evolução do percentual de despesas

Tabela 32

Evolução do percentual de despesas - 1970, 1975, 1980, 1985.

Ano	1970	1975	1980	1985
Despesas				
Salários	39,74	43,98	49,18	41,18
Quota-Parte da Produção	3,46	2,17	0,57	0,44
Entregue a Parceiros				
Arrendamento e Parceria de Terras	13,12	14,85	9,72	14,62
Adubos e Corretivos	0,68	0,51	0,49	0,58
Sementes e Mudas	2,20	0,60	2,19	1,78
Defensivos Agrícolas	0,55	0,36	0,92	1,02
Alimentação e Trato de Animais	16,97	10,49	17,39	17,58
Serviços de Empreitada	13,26	2,52	4,41	1,98
Juros e Despesas Bancárias	1,97	2,40	4,78	4,18
Impostos e Taxas	2,27	2,67	1,06	2,15
Aluguel de Máquinas e Equipamentos	...	1,53	3,04	2,80
Transporte da Produção	...	2,27	0,41	1,98
Sacaria e Outras Embalagens	0,39	1,58
Combustíveis e Lubrificantes	1,90	2,10
Outras Despesas	5,73	17,09	3,30	3,81
Total	100	100	100	97,74

FONTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censos Agropecuários 1970.p.54,55,1975.p.54,55,1980.p.58,59,60,1985.p.60,61,62,63.

OBS. Trabalhamos com despesas que constam pelo menos em dois censos dos quatro que foram objeto de nossa pesquisa, em virtude disso a soma das participações relativas em 1985 não atingiu 100%.

Convenção ... O dado não está disponível.

As despesas que apresentaram uma maior participação são em ordem de importância: salários, que em 1970 tem sua menor participação (39,74%), atingindo 49,18% em 1980, alimentação e

trato de animais(17%), arrendamento e parceria de terras, com uma participação variando de 9% a 14%, juros e despesas bancárias(variando de 2% a 4%), e aluguel de máquinas que atinge 3% aproximadamente.

Se considerarmos como salário além do salário, também o valor da quota-parte da produção entregue a parceiros e dos serviços de empreitada a participação relativa atinge em 1970(56%), caindo para 44% em 1985. Se dando essa queda pela menor participação dos serviços de empreitada.

A segunda maior despesa corresponde ao que foi gasto na alimentação e trato de animais, nos mostrando que a pecuária não está sendo desenvolvida de forma tão extensiva.

Arrendamento e parceria de terras, a terceira maior despesa, evidencia a fragilidade desses produtores que são forçados a pagar uma renda, permanecendo atrelados a esse sistema de produção.

Os percentuais que mais se modificam correspondem às despesas com defensivos agrícolas, o qual tem um acréscimo de 85% da sua participação inicial(0,55) para a participação do final do período(1,02); empreitadas que apresenta uma queda de 88%, juros bancários com um acréscimo de 112%, e por último aluguel de máquinas também com um acréscimo elevado(87%).

Ao somarmos o percentual de participação de adubos e corretivos, sementes e mudas e defensivos agrícolas, temos uma participação de 3,38% do total de despesas em 1985. No mesmo ano temos uma participação de aluguel de máquinas de 2,80% e transporte de produção(1,98%), sacaria e outras embalagens(1,58%).

Parece-nos contraditório que tenhamos adubos/defensivos/sementes com uma participação tão baixa, frente à participação de aluguel de máquinas. Por outro lado, é um indicador de que a agricultura está passando por mudanças, embora estas sejam tênues.

O que é gasto com transporte da produção, nos aponta para as dificuldades por que passa o sub-setor camponês. Ficando na mão de atravessadores que compram o produto barato e cobram um preço excessivo pelo transporte.

6.5. Conclusões Parciais

Ocorreram mudanças nas forças produtivas.

O uso da força animal e mecânica apresentaram grandes aumentos, sobretudo a mecânica. Como também o uso de tratores e arados, e de adubos, sobretudo os químicos, os quais tiveram seu uso elevado em 1821% no Sub-Setor camponês e em 1.690% em todo o estado.

Em 1985 apenas 18,3% dos estabelecimentos camponeses fazem uso da força animal, e 8,58% da força mecânica. O mais grave ainda, é que para todo o estado os números são praticamente os mesmos.

No entanto o uso desses insumos, embora tenham ocorrido aumentos extraordinários, partiram de bases muito baixas. O que mais nos chama atenção, é a relação entre o número de estabelecimentos que fazem uso de insumos e máquinas e o número total. A partir daí, vemos como esse uso é restrito.

Triste realidade que não se restringe ao Sub-Setor camponês, mas abrange todo o estado. Podemos mesmo dizer que em face da área média por estabelecimento, da área total reduzidas e da densidade populacional elevada, o Sub-Setor camponês demonstra que as alterações ocorridas no uso de máquinas e insumos no estado, são na realidade um reflexo do que ocorreu neste setor.

A tab. 23 nos mostra que entre os percentuais que mais se modificaram estão aqueles que correspondem a defensivos agrícolas e aluguel de máquinas. Um indicador que a agricultura está passando por um processo de modificações.

Nosso entendimento é de que a agricultura foi convidada a consumir insumos industriais, e deu uma resposta muito débil. Fazendo uso de alguns desses insumos de forma ainda muito restrita.

Inclusive o aumento de mais de 100% na participação referente a juros e despesas bancárias, pode ser um sinalizador dessas mudanças.

Portanto o universo alcançado com as mudanças é diminuto.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO SUB-SETOR CAMPONÊS NO PIAUÍ, EM QUINZE ANOS.

No período entre 1970 e 1985 o grupamento camponês manteve-se em vigoroso crescimento, tendo surgido 51.552 novos estabelecimentos. No período de quinze anos tivemos um aumento de 26% no total de estabelecimentos, atingindo 250.797 em 1985.

Quanto à área agregada tivemos uma ampliação bastante significativa(29%), alcançando 536.100ha em 1985.

A força de trabalho, quase 460 mil inicialmente, expandiu-se ao longo dos quinze anos estudados em 57%.

É relevante ressaltar que a grande maioria do pessoal ocupado, aproximadamente 90%, é constituída pela mão-de-obra familiar(responsáveis e membros não remunerados da família).

A produção camponesa está inserida numa estrutura fundiária concentrada. O percentual de participação dos estabelecimentos camponeses no total geral do estado é de 91,4% em 1970, ampliando sua participação para 92,7% em quinze anos. Na área a participação é bem diferente. Em 1970 a participação é de 19,9% do total, e em 1985 embora participe com 24% das novas áreas, ocupa apenas 21% da área total do estado.

A área média por estabelecimento camponês é de 10ha aproximadamente, e a área média por pessoa é de 4,34ha em 1970 e de 3,57ha em 1985. A densidade populacional apresentou uma elevação de 18%.

Predominam entre os estabelecimentos camponeses aqueles que desenvolvem suas atividades em terras arrendadas, em 1970(46%) e em 1985(38%). No entanto os estabelecimentos com terras próprias e arrendadas apresentaram a maior variação relativa no período(369%). Os estabelecimentos com terras próprias e ocupadas apresentaram variação significativa(262%). E

aqueles com terras exclusivamente ocupadas, apresentaram a maior variação absoluta(28.569 novos estabelecimentos). Ao verificarmos a condição do produtor veremos que a situação não é diferente. Os estabelecimentos os quais têm a frente de sua organização um ocupante, apresentaram o maior crescimento absoluto e relativo, que foi de 29.909 novos estabelecimentos e de 61% respectivamente.

Quanto a área agregada pelo Sub-Setor camponês a maior parte(77%) são de terras próprias. Embora a área de terras ocupadas tenham uma participação pequena(de 10% a 12%), e tenham apresentado uma variação relativa de apenas 42%, as terras próprias e ocupadas apresentaram variação relativa de 281%, sendo responsáveis pela inclusão de uma área nova de 34.507ha. Os proprietários absorveram 92% da nova área. E entre os não-proprietários os ocupantes agregaram a maior área. Se a área média por estabelecimento camponês é reduzida(aproximadamente 10ha), temos para os camponeses proprietários uma área média que está acima do dobro, em 1970(26ha), e em 1985(27,66). Para os ocupantes a área média é de apenas 4ha. Considerando-se os novos ocupantes a área média é de 3ha.

Percebemos então, a formação de um número não muito alto de unidades de produção camponesa com áreas mais extensas, as quais tem como responsáveis pela exploração seus proprietários, e por outro lado surgem um grande número de minúsculas unidades, cujos responsáveis são não-proprietários, sobretudo ocupantes.

Estes representam os extremos de configurações até certo ponto estáveis do universo camponês. As unidades minúsculas, entre 2 e 5ha são do camponês pobre, com terra insuficiente para tirar dela seu sustento, ou na melhor das situações realiza sua reprodução simples. Aquelas com áreas mais extensas, acima de 50ha, são dos camponeses que atingiram uma situação econômica mais confortável, os quais conseguem alguma forma de reprodução ampliada.

A agricultura e a pecuária são as atividades predominantes. Embora tenha havido uma involução da área(4%) e no número de estabelecimentos(27%) que se dedicam à agricultura, esta continua sendo a atividade que engloba o maior número de estabelecimentos, ocupando pelo menos 50% da área ao longo do período.

Embora tenhamos tido uma evolução de 38% para a área de lavouras temporárias e de 35% para a lavoura permanente, tivemos em paralelo um crescimento de 58% das terras em descanso e terras produtivas não utilizadas, e matas e florestas com um aumento de apenas 12%. Esses dados são indicadores da forma como a agricultura camponesa é desenvolvida. A terra que hoje é utilizada para lavoura, posteriormente será posta em descanso para que futuramente seja reaproveitada. E o crescimento pouco significativo das matas denota a intensificação da produção, com a incorporação das terras virgens à produção.

A pecuária apresentou uma variação de mais de 300% no número de estabelecimentos, e um acréscimo na área de 193%, levando a agricultura à perda de importância. Ocorreu uma intensificação da pecuária, que é expressa pelo pequeno avanço(6%) das pastagens naturais, bem como pelo enorme crescimento dos pastos plantados(100%).

O número de estabelecimentos pecuaristas passou de 21 mil para 116mil. A área média desses estabelecimentos caiu de 15,48ha no início do período para 8,50ha em 1985. Se tomarmos os novos estabelecimentos pecuaristas a área média é ainda mais baixa, aproximadamente 7ha. O grande aumento do número de estabelecimentos não foi acompanhado pelo aumento da área. Podemos então dizer, que os estabelecimentos de porte médio(acima de 10 e abaixo de 40ha) e mesmo uma parte dos pequenos(entre 5 e 10ha), passaram a ter na pecuária sua atividade principal. Em outras palavras, a pecuarização não ocorreu apenas com os grandes estabelecimentos.

O surgimento de 95 mil novos estabelecimentos pecuaristas, demonstra a capitalização do setor.

Esse preterimento da agricultura em favor da pecuária, nos reforça a idéia de que a agricultura camponesa só é aceita como lucrativa até um certo limite que provavelmente está abaixo de 5ha plantados. Até a faixa de 2 a menos de 5ha o número de estabelecimentos que planta é sempre maior que o número total de estabelecimentos daquela faixa de tamanho. Na faixa seguinte esse comportamento se mantém, porém em proporções bem menores. Depois dessa faixa de área plantada, sempre o número total de estabelecimentos é muito maior que aqueles que plantam naquela extensão.

Temos também o fortalecimento de atividades não tradicionais, como a apicultura/avicultura. A produção de mel-de-abelha apresentou um crescimento espetacular(1.706%).

Embora em condições desfavoráveis o Sub-Setor camponês apresentou elevação nas quantidades produzidas da lavoura temporária, com exceção da cana-de-açúcar. E na lavoura permanente com a cultura do algodão arbóreo também apresentou elevação na quantidade produzida. Aumento esse que se deu não apenas pelo aumento da área, mas também pelo aumento da produtividade, embora pequeno se estabelecermos comparações com os valores de 1970 e 1980, e entre 1975 e 1985, respeitando as semelhanças das condições climáticas do período.

Comparando-se as taxas de evolução da produção da lavoura temporária, com a variação ocorrida com o pessoal ocupado, vê-se que com exceção da cana-de-açúcar e da mandioca, todas as demais lavouras cresceram e produziram mais que o crescimento do pessoal ocupado.

A pecuarização ocorre sobretudo com o aumento do rebanho de caprinos, que apresenta um grande crescimento(55%), que se equipara ao crescimento do pessoal ocupado(57%). Em segundo plano temos ovinos(35%) e suínos(26%).

Se considerarmos o número médio de animais por estabelecimento, veremos que o crescimento dos caprinos é de 19,95% no período. Em seguida temos os ovinos com 7,59%. E para os suínos a média se mantém, sendo de 5 animais por estabelecimento, e para os bovinos temos uma queda de 12%.

Os ovinos, caprinos e suínos são animais de pequeno porte, que se desenvolvem em pequenas áreas, e que são bastante resistentes à seca. Os produtores camponeses criam para sua alimentação e também para comercializar.

O rebanho de bovinos é o que menos cresce, apenas 11%. Este rebanho requer uma área maior para pasto, exigindo um volume maior de recursos para trato e alimentação dos animais, sobretudo nos períodos de seca. Sabemos da existência de outros fatores, como o apoio institucional para empréstimos através dos bancos oficiais voltados para produtores de maior porte, em detrimento do Sub-Setor camponês. Entretanto, são fatores que não nos propomos analisar no presente trabalho.

Os eqüinos e muares apresentaram queda no número total de cabeças próximo de 20%, os asininos apresentaram uma queda superior, já próximo de 30%. Esse fato nos aponta para mudanças nas formas de transporte das pessoas e dos produtos. Nos percentuais de despesas, o referente a transporte da produção é significativo, ficando acima do que foi gasto com adubos e corretivos, sementes e mudas e defensivos agrícolas. No transporte da produção o camponês se desfaz forçosamente de mais uma parte da sua produção, por não dispor de um meio de transporte próprio.

A parte comercializada dos produtos alimentares é elevada. Sendo que apenas o milho aumentou a parte comercializada, com uma elevação de dez pontos percentuais em dez anos.

O emprego de força animal apresentou crescimento de 211%. Quanto ao uso da força mecânica tivemos um aumento espetacular(2.052%). No entanto a participação dos estabelecimentos que fazem uso da força animal e mecânica no universo dos estabelecimentos camponeses é bastante reduzida. Em 1970 os estabelecimentos que fazem uso da força animal não chegam sequer a 10%. Em 1985 esse percentual fica em torno de 18%. Para a força mecânica o uso está restrito em 1970 a apenas 0,5%. Em 1985 temos uma participação de aproximadamente 9%.

Quanto ao número de máquinas(tratores e arados) também tivemos grandes aumentos, sendo de 203%. ocorreu nas unidades de produção camponesa. A relação do número de tratores e arados para o número de estabelecimentos é muito baixa. Os números cresceram, porém partiram de valores muito baixos. Em 1970 a relação é de um arado de tração animal para 25 estabelecimentos. No final do período a relação é de um arado para 11 estabelecimentos. Temos portanto uma melhora, de mais de 100%. Para o arado de tração mecânica temos inicialmente, um para 3.065 estabelecimentos. Quinze anos depois, temos um para 1.058 estabelecimentos. Também temos um avanço. E por último temos em 1970, um trator para 3.019 estabelecimentos, e em 1985 um trator para 746 estabelecimentos.

Quanto ao uso de adubos, temos para 1970 um uso insignificante de adubos químicos, se tomarmos como referência o número de estabelecimentos que fazem uso com relação ao número total. Em 1985, o uso de adubos químicos ainda está abaixo de 1%. Em 1970 o uso de adubos orgânicos está abaixo de 2%, assim permanecendo em 1985.

Dentre os itens de despesas que mais se modificaram estão defensivos agrícolas, juros bancários e aluguel de máquinas, demonstrando modificações por que passa a agricultura.

O Sub-Setor camponês piauiense cresce, apresentando aumento da área, aumento do número de estabelecimentos, e aumento da densidade populacional, pois nem o número de estabelecimentos, como também a área, apresentam taxa de crescimento pelo menos nas mesmas proporções de crescimento de seus trabalhadores. Ocorre uma discreta tecnificação no universo camponês, com grandes aumentos no uso da força mecânica e no uso de máquinas, acompanhado de aumento de produção.

Temos crescimento com dificuldades, visto que a terra agregada não acompanha o crescimento da população trabalhadora local(57%), crescimento este que provavelmente quase na sua totalidade diz respeito ao crescimento vegetativo da população local.

RESUME

Nous sommes partis de l'hypothèse de Melo(1982) qui énonce que le modèle de croissance extensif de l'économie agricole nordestine basé sur l'unité de production familiale présente des goulets d'étranglement, pour arriver à l'analyse des goulets d'étranglements de la production familiale dans le Piauí, de 1970 à 1985, à partir des données des recensements agricoles de la Fondation de l'Institut Brésilien de Géographie et Statistiques de cette période. Nous observons une augmentation du nombre d'exploitations, de la surface totale, de l'utilisation de la force animale et mécanique et de l'utilisation des machines. La surface moyenne par exploitation est restée passée de 4,34ha à 3,57ha. La densité de la population s'est donc élevée durant la période. 29.909 nouveaux établissements ont surgi, exploités par des "occupants". La plus grande partie de la surface totale appartient, cependant, aux propriétaires eux mêmes. Nous observons, d'une côté, la formation d'un petit nombre unités de production avec des surfaces plus extensives exploitées par les propriétaires et, de l'autre, un grand nombre de micro-exploitations sous la responsabilité des "occupants". D'un côté, de nombreuses micro-exploitations, entre 2 et 5ha, de paysans pauvres, avec une terre insuffisante pour en tirer de quoi les nourrir. A l'autre extrême des unités de plus de 50ha, d'agriculture à reproduction élargie. L'agriculture et l'élevage sont les activités prédominantes. L'agriculture et l'élevage sont les activités principales. L'élevage a connu une forte croissance, grâce à l'augmentation des exploitations, à la croissance de la surface. L'augmentation avec 100% des pâturages plantés en est particulièrement significatif. La surface moyenne des exploitations pratiquant l'élevage à baissé. Ceci démontre que les exploitations de dimension moyenne ainsi que quelques petites, sont passées à faire de l'élevage leur principale activité. L'élevage qui s'est le plus développé est l'élevage caprin. Le troupeau bovin est celui qui a le mois cru. Le taux de croissance des cultures temporaires a été supérieur au taux de croissance des personnes occupées. Le sous-secteur agricole dans le Piauí a donc cru, s'est densifié, s'est technicisé et s'est capitalisé malgré les difficultés, car l'augmentation du nombre d'exploitation et de la surface n'a pas accompagné la croissance de la force de travail, ce qui dénote l'insuffisance de la terre.

Referências Bibliográficas dos Trabalhos Consultados

ADAD, Lúcia Maria Said, LIMA, Maria da Graça Ferreira. Tensões no Campo Piauiense. **Carta Cepro**, Teresina, v.12, n.1, p.81-101, jan./jul. 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A., 1986. 239p.

BANDEIRA, William Jorge. Estrutura Fundiária e Produção Agrícola Piauiense. **Carta Cepro**, Teresina, v.6, n.2, p.1-76, jul./dez. 1980.

-----Notas sobre a Posse e o Uso da Terra no Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v.7, n.1, p. 1-84, jan./jun. 1981.

----- **Os Programas e Projetos Governamentais e seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense no Pós-70**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993. 267p. (Tese, Doutorado em Economia).

BRUMER, Anita, DUQUE, Ghislaine, LOURENÇO, Fernando Antônio, WANDERLEY, Maria de Nazaré. A Exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Org.) **A Agricultura Familiar; Comparação Internacional**. Campinas: Unicampi, 1993. p.179-234.

CASTRO, Antônio Barros de. **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980. 235p.v.2.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário: Piauí**, Rio de Janeiro, 1975(VIII Recenseamento Geral__1970: Série Regional, v.3, t.6).

----- **Censo Agropecuário: Piauí**. Rio de Janeiro, 1979 (Censos Econômicos(IX Recenseamento Geral__ 1975: Série Regional , v.1, t.6).

----- **Censo Agropecuário: Piauí**. Rio de Janeiro, 1983(Censos Econômicos 1980: v.2, t.3, n.8.)

----- **Censo Agropecuário: Piauí**. Rio de Janeiro, 1991(Censos Econômicos 1985: n.10).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural: Índices Básicos 92.

- LIMA, Gerson Portela. **Especialização da produção do Setor Primário Piauiense/ 1960-1980. Carta Cepro**, Teresina, v.13, n.1, p.69-101, jan./jun. 1988.
- MELO, Marco Antônio de. Considerações sobre a Tendência de Esgotamento do Modelo de Crescimento da Agricultura Nordestina baseado nas Atividades de Subsistência. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.13, n.3, p.399-457, jul./set. 1982.
- ROCHA, Jonas. A Pequena Produção Rural no Estado do Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v.13, n.1, p.29-68, jan./jun. 1988.
- VALENTE, Maria Jovita Wolnei. **Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência**. Brasília: Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários / Programa Nacional de Política Fundiária, 1983. 784p.

ANEXOS

Anexo A - Mapa do Piauí

